

anefca

Revista da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

N.º 6 • 3€ • Trimestral
Outubro/Novembro/Dezembro 2009

O que dizem os partidos em defesa da
floresta de hoje para o futuro.

4



Floresta

Alta tecnologia
e maquinaria
especializada

15



Vinho,
uma riqueza
singular...

20

... a floresta é a nossa vida.



Unimadeiras

PRODUÇÃO, COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, S.A.



Gestão Florestal Responsável
Área Certificada: 713,61 hectares
Cert. no. SGS-FMCC-001061
© 1996 Forest Stewardship Council

www.unimadeiras.pt

A Política e a Floresta...

Foi com alguma expectativa que participamos no passado dia 15 de Setembro numa iniciativa da AIMMP que tinha como tema “Que opções político-partidárias para a Fileira de Madeira e Mobiliário?”. Para os diferentes agentes do sector seria uma oportunidade única de perceber o que os principais partidos (PS, PSD, BE, CDU e CDS-PP) pensavam e propunham em relação à floresta.

A decepção não podia ser maior! Com excepção de um dos partidos, os restantes fizeram-se representar por pessoas que, independentemente do mérito pessoal, nunca estiveram ligadas ao sector em debate e por isso desconheciam completamente a realidade e os problemas do sector.

No fundo esta atitude é em tudo semelhante ao que temos observado no sector florestal nos últimos anos – apesar de representar, directa ou indirectamente, 5,3% do VAB total da economia, 14% do PIB industrial, 9% do emprego industrial e 12% do total das exportações nacionais, as árvores não votam e não se manifestam. Por isso, a maioria da nossa classe política, já nem se dá ao trabalho de tentar publicamente esconder o desinteresse que tem pelo sector florestal. Os programas eleitorais respectivos são uma prova viva disso mesmo....

No entanto, é tempo de grandes mudanças, a crise financeira e as escolhas políticas têm estado na ordem do dia, com implicações em todos os sectores, e a Floresta e Agricultura não são excepção...



Pedro Serra Ramos
Presidente da Direcção



A expectativa em que se encontra o Mundo Rural deverá funcionar como um “motor”, uma força suplementar de quem continua a acreditar que é possível. Há por isso que encarar o hoje, o amanhã e o futuro próximo como grandes oportunidades de desenvolvimento e investimento, que trazem um alento novo, face a um passado gritante e desmotivador.

Já dizia o poeta...venha quem vier por bem...

A Agricultura e a Floresta atravessaram a pior crise dos últimos tempos, mas se temos a terra, as pessoas e o equipamento, a verdade é que a modernização e inovação estão a par e passo com o Mundo Rural. Há que tirar proveito disso... Agricultura e Floresta, combinam nos dias de hoje com alta tecnologia e maquinaria especializada, e nesta edição apresentamos os mais recentes modelos disponíveis para quem opera no terreno.

Este é também um período de reflexão! O Nemátodo da Madeira do Pinheiro tem dominado os temas da actualidade florestal, facto que não podemos ignorar, mas que deverá servir como exemplo a não seguir, de uma má cooperação entre agentes do sector. Que se aprenda com os erros do passado, já que estamos a pagar caro esta lição!

Olhemos então para a floresta pelo seu valor ambiental, social e económico. A floresta é bem mais do que incêndios e nemátodo. É emprego, investimento, riqueza, e é nesta perspectiva construtiva que deve ser encarada e gerida.

“Em nome de todos os Ramos e Carvalhos, Loureiros e Nogueiras, Pinheiros e Oliveiras, vamos valorizar o nosso território e dar oportunidade a 400 mil proprietários, 250 mil trabalhadores, a 12% da população activa e a quem produz mais de 1000 milhões de euros de volume de negócios.”

Índice

- 1** Editorial
A Política e a Floresta...
- 4** Em Foco
As opções político-partidárias para o sector florestal.
O que dizem os partidos em defesa da floresta de hoje para o futuro.
- 8** ANEFA ■ ProNatura
- 15** Actualidade
Floresta: Alta tecnologia e maquinaria especializada
- 19** Associadas
Sérgio Carvalho Domingues & CA. Lda.
- 20** Opinião
Vinho, uma riqueza singular...
- 24** Associadas
Gestiverde, Gestão Rural Lda.
- 25** Dossier Especial
Nemátodo da Madeira do Pinheiro
- 30** Agenda
- 31** Legislação

Ficha Técnica



Associação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Rua dos Arneiros, 72 A C/V A ■ 1500-060 Lisboa
Telf.: 214 315 270 ■ FAX: 214 315 271 ■ Telm.: 912 545 930
E-mail: geral@anefa.pt ■ Site: www.anefa.pt
NIF: 502 140 550

Director Eng.º Pedro Serra Ramos ■ **Sub-Director Redacção e Coordenação** Eng.ª Joana Faria - joanafaria.anefa@gmail.com
Design e Produção Gráfica Diferentes Meios ■ **Tiragem** 1500 exemplares
Impressão Estúdios Fernando Jorge, Lda. ■ **Periodicidade** Trimestral
Deposito Legal 279002/08 ■ **Inscrição ERC** 125448 ■ **Preço** 3€

“Revista Independente, sem qualquer subsídio estatal e/ou privado”
Os textos e a publicidade são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Exploração Florestal

Viveiristas

Serviços Técnicos

Empreiteiros e Alugadores de Máquinas

Projecto ProNatura
Reflorestação de áreas ardidas

www.anefa.pt

Associação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Anuncie na Revista ANEFA

Faça parte deste projecto

Solicite a nossa tabela de publicidade:
joanafaria.anefa@gmail.com ■ 214 315 270 ■ 916 352 210



PRODER

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2008-2013

- Apoios ao Investimento nas Explorações Agrícolas
- Apoios à Transformações e/ou Comercialização de Produtos Agrícolas/Pecuários
- Instalação de Jovens Agricultores

Consulte-nos:

Temos 20 anos de experiência em candidaturas a Apoios comunitários.

Rua D. Lopo de Almeida Lt 81 r/c esq.
2200 281 Abrantes

Tel 241 366 806
Fax 241 366 850
Tmv 963 682 890
geral@gestiverde.pt

As opções

político-partidárias para o sector florestal

Atente-se: 6% do VAB, 14% do PIB industrial, 9% do emprego industrial e 12% das exportações nacionais. Estes são alguns dos números que representam o sector florestal em todas as suas fileiras, número esses, que embora expressem bem a importância do sector, tendem a ser ignorados.

Tendo por base o consumo de produtos renováveis, o sector florestal é impar na sua luta contra as alterações climáticas. É por isso tempo de se apresentarem políticas que sirvam a floresta, que contribuam para uma gestão sustentável, para a promoção e dinamização do sector e para a cooperação entre todos os agentes.

A floresta está em processo de “estrangulamento” por um sistema de incentivos insuficientes, por uma carga burocrática que em nada favorece o sector e pela crescente desmotivação dos envolvidos. É necessário voltar a acreditar na floresta e nas mais-valias deste bem comum. É urgente voltar a reflorestar e investir na manutenção destes espaços, mas para isso é necessário que o Governo olhe para a Floresta como a fonte de riqueza que esta pode ser”.

Muito se fala no apoio às Micro, PMEs, no combate aos incên-

dios e no desenvolvimento e modernização do sector, mas a verdade é que a floresta não se faz de intenções, sendo urgente que se tomem medidas bem concretas e objectivas relativas a uma das maiores potencialidades do país.

Nos últimos dez anos tem-se assistido a uma diminuição de cerca de 27% da área florestal e a um decréscimo significativo do PIB industrial, consequência de políticas desastrosas que têm condenado o tecido empresarial associado ao sector.

Assiste-se hoje a linhas de crédito que apenas beneficiam os que menos precisam de apoio, a cargas fiscais incomportáveis para a maioria das empresas e ao vislumbamento do que poderá implicar a escassez de matéria-prima no mercado. No entanto quem poderia fazer mais e melhor, o Estado, é quem menos investe na floresta.

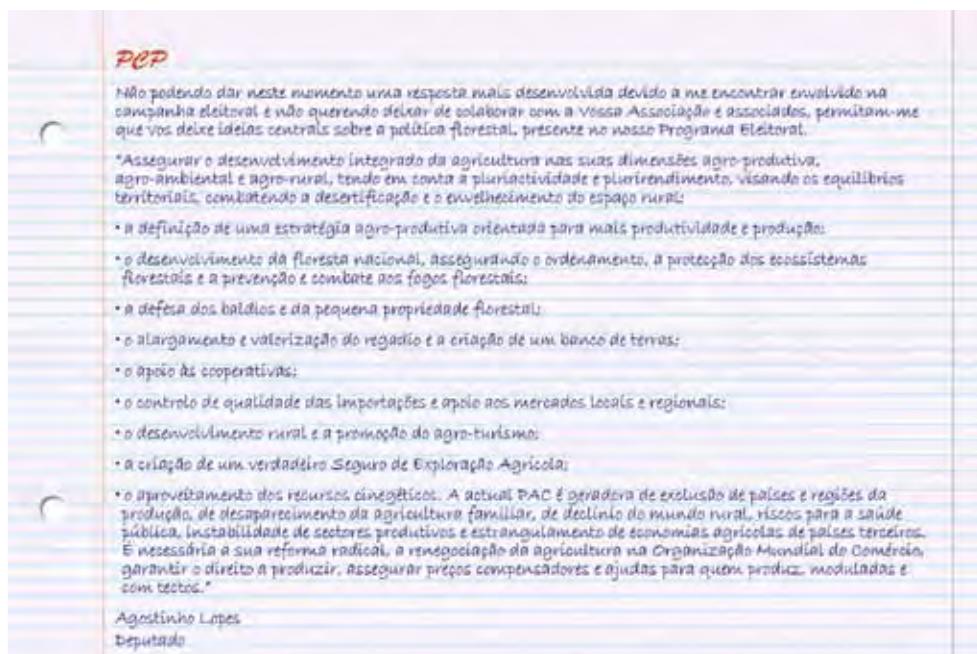
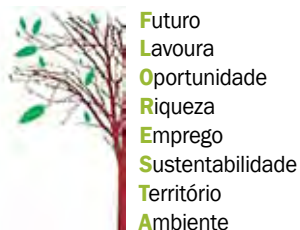
Uma coisa é certa...daqui a quatro anos, voltaremos a discutir o panorama do sector florestal. Resta agora saber, se as mesmas questões continuarão a ser colocadas!

Joana Faria ■ ANEFA

O que dizem

os partidos em defesa da floresta de hoje para o futuro

Questões colocadas a todos os partidos com assento parlamentar.



Respostas por

Rita Calvário - Assessora Parlamentar do Partido do Bloco de Esquerda

José Miguel Gonçalves - Membro da Comissão Executiva do Partido Ecológico "Os Verdes"

António Loureiro - Candidato a Autarquia pelo Partido Popular CDS-PP

Carlos Costa Neves - Deputado do Partido Social Democrata

Partidos não evocados deve-se à ausência de resposta em tempo útil por parte dos mesmos.

1 - Face à falta de sustentabilidade actual da floresta portuguesa que propostas concretas existem para alterar essa situação?

BE - Os espaços florestais ocupam dois terços do território continental e o sector florestal tem um importante contributo na economia, por gerar riqueza e emprego, mas também para a qualidade de vida das populações e o equilíbrio dos ecossistemas. É preciso inverter o ciclo vicioso que torna a floresta portuguesa vulnerável ao abandono e aos riscos naturais como os incêndios. O Estado tem um papel essencial na execução de uma política florestal adequada, na prevenção e combate aos incêndios e na correcta gestão e ordenamento do território. Em primeiro lugar, é necessário responder à acentuada fragmentação e dispersão da propriedade florestal, o que dificulta a sua gestão sustentável. As ZIF vêm dar uma resposta ao problema, mas são precisos formatos mais flexíveis e apoiar mais o associativismo nesta função de agrupamento de proprietários e produtores florestais. Igualmente, é fundamental aumentar o património público florestal, um dos mais diminutos da Europa, incidindo sobre as parcelas que estão descuradas, de propriedade indefinida e as de elevado valor ecológico. Também importante é finalizar a actualização do cadastro das propriedades florestais, a custo reduzido, de modo a que os proprietários assumam a sua responsabilidade na gestão da floresta. Em segundo lugar, é necessário planear os usos do território de acordo com as suas aptidões e potencialidades numa perspectiva multifuncional. Urge apoiar a execução dos PROF e a elaboração dos PGF, assim como criar incentivos ao desenvolvimento de produtos e serviços associados à floresta além da produção lenhosa. Em terceiro lugar, é preciso ir mais longe na prevenção da ocorrência de incêndios, como seja através do apoio à execução de operações de silvicultura preventiva e às acções de arborização e recuperação de áreas ardidas, melhor regulamentação do mercado das madeiras ardidas, reintrodução da interdição da construção em áreas percorridas por incêndios.

PEV - Em primeiro lugar é fundamental que o Estado assuma as suas responsabilidades onde estas são acrescidas, nomeadamente nas matas públicas e áreas protegidas, dotando o ICNB, que está completamente paralisado pelas dificuldades financeiras e estruturais, dos meios necessários; Segundo, uma aposta numa floresta diversificada e de uso múltiplo onde não predominem as grandes manchas de monocultura, e onde seja criada uma fileira que potencie a produção de madeiras nobres baseada em espécies autóctones, encarando como um desafio o retorno do equilíbrio entre espécies de crescimento rápido e espécies de crescimento lento; Terceiro, dotar o sector com os instrumentos fundamentais de orientação e execução da política florestal, como é caso do Cadastro, que apesar de ser considerado como prioritário pelo Governo, nem sequer viu o concurso para a sua execução ser lançado em 4 anos de legislatura; Quarto, uma intervenção prioritária nas áreas ardidas que continuam votadas à sua auto regeneração.

CDS-PP - Toda a fileira florestal Portuguesa, para a qual o país está claramente vocacionado, tem de ser estimulada e apoiada. A valorização dos nossos espaços florestais e os incentivos à indústria transformadora de madeira e cortiça, assim como o aproveitamento dos resíduos florestais para a produção de biomassa, são áreas que, aparentemente, caíram no esquecimento, e que têm de ser recuperadas.

Uma questão concreta do que se poderá fazer é vocacionar o dinheiro do Fundo Florestal Permanente para o investimento directo à floresta. Este fundo gerou em 4 anos, cerca de 100 milhões de euros que direccionados para a arborização e prevenção, representaria a criação de mais 6.000 postos de trabalho directos e permanentes nas zonas rurais, a florestação de 60 mil hectares e a limpeza preventiva de 140 mil hectares, ou seja, uma receita para o Estado de mais de 22,5 milhões de euros de contribuições (IRS, IRC, etc.).

PSD - Na Floresta, assumiremos perante o País uma inversão da opção política de descrédibilização e asfixia do Mundo Rural, seguida pelo actual governo. É preciso travar a desertificação e abandono do Mundo Rural, considerando a agricultura e a floresta, a valorização do ambiente, o lazer e turismo, e os serviços de proximidade, como actividades fundamentais a desenvolver na construção de um meio rural sustentável.

Assim, apoiaremos a promoção da competitividade da Floresta enquanto um dos pilares económicos fundamentais do país e por consequência de valorização do mundo rural, através dos serviços e bens que este presta à sociedade. Recuperaremos a ligação entre os agentes privados (associações e empresas) e os apoios ao sector, apostando no papel de um associativismo agro-florestal mais fortalecido, bem como de um tecido empresarial mais reforçado e amplo.

Criaremos um quadro de apoio à instalação de jovens empresários rurais, de forma a incentivar o espírito empresarial dos jovens detentores de explorações agro-florestais.

Reforçaremos de forma efectiva a componente ambiental dos apoios directos à sustentabilidade dos rendimentos das explorações Florestais.

A floresta portuguesa assume-se com umas das fileiras com maior potencial do nosso país, por isso e como fileira estratégica que é, tem que se lhe dar espaço e prioridade para que se possa afirmar gerando riqueza para o país.

A falta de sustentabilidade da Floresta Portuguesa é uma realidade que iremos combater pois é aí que está a base dos principais problemas do sector, é preciso garantir rendimento aos agentes da floresta, sem isso não é possível ter sucesso. Para combater a falta de sustentabilidade temos que de uma forma efectiva e sem recuos criar uma política de parcerias assente em princípios e valores, em que todos assumam as suas responsabilidades, dando o exemplo com o Ministério da Agricultura tornando-se este um verdadeiro agente e parceiro do sector e não um opositor como tem sido.

Estes princípios e valores têm que ser assentes numa política florestal virada para a floresta que vise a produção, bem como a conservação permitindo ao mesmo tempo gerar para a floresta as mais-valias que ela contém nomeadamente pela componente ambiental e social que se agrega à sua actividade.

A Floresta e o combate as alterações climáticas é algo que queremos evidenciar e apoiar, podem assumir-se como uma das bandeiras actuais da floresta, pretendemos com isto reconhecer a floresta, além dos produtos florestais que gera, como um agente ambiental activo e estrutural trazendo com isto mais receita para o sector e potenciando assim as questões ambientais, como é o exemplo da água.

2 - Quais as propostas para combater o desinvestimento no sector florestal? Poderá o sistema fiscal ser alterado para apoio ao sector?

BE - O desinvestimento no sector florestal tem várias causas. É preciso resolver a questão do cadastro fundiário, ordenar os espaços e usos florestais, apoiar o agrupamento dos proprietários e produtores, incentivar o associativismo para uma gestão activa e sustentável da floresta nas suas diversas funções produtivas e de protecção, melhor regular os mercados dos produtos e serviços florestais. Criar condições para promover o investimento no sector é fundamental, o que poderá passar pela alteração do sistema fiscal, tanto ao nível da penalização do abandono e falta de gestão dos espaços florestais como da criação de incentivos fiscais que apoiem a actividade das associações e empresas florestais.

PEV - Entendemos que a via fiscal a par do investimento público, são as vias para combater o desinvestimento e o desânimo que se assiste no sector e nunca a via coerciva e repressiva que tem vindo a ser adoptada por este Governo.

CDS-PP - Em Portugal, há cerca de 300 mil micro, pequenas e médias empresas, responsáveis pela criação de mais de 2 milhões de empregos, em parte regidas por um modelo económico de baixos salários e baixa qualificação profissional.

O pouco investimento que tem existido, corresponde a uma das mais baixas taxas de toda a Europa, o que pouco contribuiu para o aumento da riqueza e para a criação de emprego.

Cada vez mais, somos um país de serviços, com reduzida industrialização, reduzida competitividade, reduzida taxa de profissionais qualificados, reduzida atracção de investimento externo e assente num conjunto de pequenas e médias empresas, fortemente descapitalizadas e desacreditadas no actual sistema.

Para relançar o investimento e apoiar o sector é necessária uma gestão focada dos fundos nacionais e comunitários e o acesso facilitado a linhas de crédito.

É fundamental uma promoção activa dos produtos florestais portugueses e o fomento de um modelo de comercialização eficaz, o que exige medidas adicionais para se ganhar dimensão na concentração da oferta e profissionalismo na negociação, de modo a aumentar o valor dos produtos na produção.

A utilização efectiva de incentivos fiscais às empresas do sector agro-florestal, agro-industrial e indústrias florestais é imperativa, bem como a redução de impostos e contribuições das PME's, como medida de ataque ao desemprego e incentivo ao investimento.

PSD - A Floresta tem que ser vista como um todo e integrada na política nacional, sendo assumida com umas das prioridades do Governo, por tal tanto o investimento como o sistema fiscal têm que ser analisados no âmbito nacional e em articulação com os principais agentes nacionais. Não iremos apresentar propostas avulsas que apenas geram ruído e mais confusão no sector, urge captar investimento e articular políticas, urge adaptar o sistema fiscal aos problemas da floresta e aos desafios com que esta se depara. O Governo irá tomar sempre medidas como o objectivo de revitalizar o sector e gerar riqueza para os seus agentes e consequente para o País.

O investimento de qualidade é fundamental para que a floresta portuguesa consiga superar todas as suas actuais dificuldades, para isso temos de criar condições para que o investimento seja realizado e que o governo esteja articulado entre si para que possa atrair investimento.

No sistema fiscal não temos preconceitos, é no entanto uma questão que deve ser enquadrada numa abordagem global atendendo as suas especificidades, pois o actual sistema esta desajustado e desincentiva o investimento.

3 - Que estrutura de funcionamento se espera para o sector florestal? Qual o papel do Estado? Qual a importância do sector associativo? O que se espera dos Gabinetes Técnicos associados aos municípios?

BE - Como já foi referido, o Estado tem um papel decisivo na execução de uma política florestal adequada, nomeadamente pela promoção da correcta gestão e ordenamento do território, e da prevenção e combate aos incêndios e outros riscos naturais. As associações devem ser o parceiro privilegiado do Estado, pois são elas que no terreno organizam os espaços e produtores florestais, prestam apoio técnico e executam a gestão activa da floresta, entre outros. Os gabinetes técnicos municipais são uma forma de descentralização destas funções do Estado e assumem importância como mecanismo de coordenação e acção mais local para a preservação e gestão da floresta. Todos estes intervenientes devem estar coordenados e ser dialogantes entre si para criar sinergias e potenciar o resultado das intervenções. Em relação aos gabinetes técnicos importa referir que em várias Câmaras Municipais eles ainda não existem ou não têm técnicos especializados suficientes, sendo necessário resolver este problema.

PEV - Na opinião de "Os Verdes", o Estado tem assumir as suas responsabilidades e não se pode alhear perante um recurso natural, dos poucos que temos, capaz de gerar riqueza e emprego no país e que ocupa quase 40% do território nacional.

Defendemos que o Estado, ao mesmo tempo que deve estimular a competitividade do sector, deve ter sempre presente os objectivos sociais, ambientais e paisagísticos deste património, objectivos estes para os quais toda a sociedade em geral tem de contribuir.

Cabe ao Estado, entre outras responsabilidades, como seja a da definição de toda a política florestal em geral, dotar o sector dos instrumentos fundamentais como seja o cadastro, definir as prioridades para o investimento público, gerir as matas públicas e intervir activamente nas áreas protegidas.

Quanto às organizações Associativas entendemos que estas deverão ser parceiros privilegiados na definição das políticas e na sua aplicação junto dos produtores florestais, sem que tal implique uma instrumentalização das mesmas. Consideramos que não é admissível aprovar políticas florestais como foi o caso da aprovação do Código Florestal, sem que as mesmas traduzam a opinião da generalidade dos agentes do sector.

Quanto aos Gabinetes Técnicos Florestais dos Municípios consideramos que estes devem ter funções muito restritas, nomeadamente na esfera da prevenção e não deve haver transferência, nesta área, de responsabilidades do Estado para as autarquias.

CDS-PP - É muito importante dignificar o sector florestal, desde logo na constituição do Governo: a agricultura e a floresta são áreas estratégicas para o crescimento económico e a situação do sector implica "peso político" dos nossos responsáveis.

A criação de uma política agrícola e rural responsável que restabeleça a confiança e o diálogo entre a Administração, os produtores florestais e os empresários é uma das prioridades.

Ao Estado cabe o desenvolvimento de uma política que trave o abandono da floresta, que promova a conservação e a utilização sustentada dos recursos naturais.

Reformar o Ministério da Agricultura, cabendo-lhe o papel de cúpula do sector, concebendo políticas, estratégia, controlando e supervisionado os procedimentos. É preciso que se delegue funções e transfira para as associações, representativas e com capacidades técnicas, parte da gestão e execução dos programas.

É igualmente importante que haja uma aposta na melhoria do funcionamento das estruturas associativas e na execução de medidas fiscais e florestais tendentes a resolver o problema da reduzida dimensão e fragmentação das propriedades florestais.

PSD - O sector Associativo sempre foi para o PSD um sector a ser apoiado e reforçado, nos regemos por um associativismo forte e interventivo, com responsabilidades acrescidas pois melhor que ninguém as associações representam os agentes do sector. Assim a nossa política estará assente num reforço claro das associações e apresentando uma verdadeira política de parcerias, tendo o Governo um papel de regular, fiscalizar e de incentivar. No que diz respeito ao papel das autarquias na floresta, pretendemos redistribuir competências, considerando que estas têm um papel muito importante no apoio à implementação de medidas de protecção e prevenção, não queremos que os Gabinetes Técnicos Florestais substituam as Associações ou os agentes privados, todos tem o seu papel na defesa e na promoção do sector. Este é um dos papéis fundamentais do governo onde queremos intervir, potenciando e criando condições para que se constituam parcerias operacionais mais efectivas e eficazes, onde cada um representa o seu papel em plena articulação.

4 - Após dois anos de não funcionamento do PRODER, que propostas existem para alterar essa situação?

BE - É preciso dotar o Ministério da Agricultura, e em particular a Autoridade Florestal Nacional, de recursos humanos e técnicos para que ganhe de novo operacionalidade. A política deste governo de reestruturação da Administração Pública foi especialmente gravosa neste Ministério com a redução significativa de pessoal que em muito debilitou o funcionamento dos serviços. Igualmente, é preciso inverter a desorçamentação de que este Ministério tem sido alvo ao longo dos anos.

PEV - O principal problema do PRODER deixou de ser, a dada altura, o seu conteúdo, mas precisamente a sua não aplicação, tendo que em conta que não há investimento público no sector há mais de quatro anos e meio o que acelerou o abandono e a desertificação rural e o desânimo no sector.

"Os Verdes" entendem que, a este nível, há que dotar as estruturas gestoras deste programa de recursos suficientes de forma a que sejam capazes de dar uma resposta satisfatória ao nível do lançamento das candidaturas, análise e aprovação das mesmas e contratualização com os requerentes.

CDS-PP - A revisão do ProDeR é premente, no sentido de concentrar esforço financeiro no imediato, aumentando as taxas de incentivo nas situações prioritárias ou de maior fragilidade.

Outra medida a implementar é a expansão do ProDeR a outros beneficiários, nomeadamente aos prestadores de serviços.

O processo tem de ser simplificado, pois a burocratização inerente é inglória. Os modelos de candidatura deverão ser sustentados por documentação de suporte, dando oportunidade ao promotor e ao próprio projectista de fundamentar a sua aplicação.

PSD - O PRODER tem sido um desastre, menos de 10% de execução em mais de 2 anos de funcionamento. Basta. O Fundo Florestal Permanente devolve Milhões ao Ministério das Finanças por falta de execução, basta.

O PRODER tem que ser um instrumento de política activo e dinamizador do desenvolvimento rural, o primeiro passo é torná-lo real e operacional, desburocratizando.

Queremos criar uma estrutura operacional em conjunto com os agentes privados, que permitira ao sector aceder de uma forma mais abrangente e eficiente aos outros programas de apoio articulando todos os apoios existentes potenciando assim os fundos estruturais ao dispor do sector que tantas vezes andam dispersos e pouco ou nada articulados.

Impõe-se aqui colocar o Ministério da Agricultura efectivamente ao serviço dos agricultores, numa perspectiva de fornecedor/cliente, alterando o seu funcionamento e simplificando os processos, e tornando-o competitivo na captação e gestão dos fundos comunitários.

Comunicaremos claramente, de forma directa ou por intermédio das organizações de agricultores, as regras para a prestação de apoio no terreno aos agentes económicos.

Discriminaremos positivamente as actividades agro-florestais eficientes e cujos benefícios revertam a favor de toda a sociedade.

Apostaremos na fileira florestal, como a actividade que é a riqueza estratégica do País e que urge valorizar, podendo gerar importante valor económico.

5 - Quais as prioridades a desenvolver estrategicamente para cada fileira do sector florestal?

BE - As principais fileiras florestais são o eucalipto, o pinho e o sobreiro. Em relação ao eucalipto é preciso regular melhor a sua ocupação do território, promover a sua produção sustentável, por exemplo através da certificação, e criar maior resiliência aos incêndios das áreas ocupadas. A fileira do pinho depara-se com um problema grave, a praga do nemátodo. É preciso ser mais actuante na definição das áreas de contenção, apoio às operações de abate e limpeza, transparência e rigor nas formas de pagamento, adopção de outro tipo de medidas preventivas ao nível da ordenação do território e comercialização da madeira. A fileira da cortiça é muito importante e deve ser valorizada, pois aqui temos condições óptimas de produção e o montado tem um papel essencial na protecção dos ecossistemas e da paisagem. É preciso apoiar mais os produtores a nível técnico para uma gestão sustentável, promover a investigação nesta área, incentivar a diversificação de produtos da cortiça, aumentar as áreas de montado incentivando a plantação, apoiar a transformação e comercialização dos produtos. Estas são as principais fileiras mas não podemos ignorar o conjunto da floresta, dando especial atenção à valorização e apoio às espécies autóctones e à gestão multifuncional dos espaços florestais.

PEV - Para qualquer uma das fileiras do sector florestal a prioridade deve ser neste momento começar a disponibilizar os fundos do PRODER para o sector, iniciar a execução do cadastro florestal em parceria com as organizações florestais e ao mesmo tempo e junto com os agentes do sector, ajustar as medidas do PRODER, a nosso ver, aumentando, por exemplo, as taxas de cofinanciamento nos projectos de investimento com espécies folhosas para que estas sejam encaradas verdadeiramente como uma alternativa.

CDS-PP - A atenção do Governo deverá assentar em propostas concretas, dinamizadoras do sector como um todo, nomeadamente:

Fomento das exportações e internacionalização das empresas Portuguesas;

Captação de investimento estrangeiro para Portugal;

Criação de emprego qualificado, a longo prazo;

Promoção de actividades e de empresas que valorizem os recursos naturais de Portugal;

Acesso dos jovens ao empresariado agrícola, estabelecendo um quadro aliciante de medidas de ingresso dos jovens no sector;

Acrescentar valor dos produtos e apostar numa estratégia de aumento de seu

valor pela penetração em segmentos de mercado melhor remunerados, como a Certificação;

Criação de um único organismo eficaz de fiscalização e controlo da fileira florestal;

Simplificar o ProDeR, tornando possível a candidatura ao longo de todo o ano, de forma a evitar que existam mais candidaturas que dinheiro disponível em cada concurso;

Alterar as condições de acesso às Linhas de Crédito;

Acabar com o clima de conflitualidade e de desmotivação, promover o diálogo e ouvir todos os intervenientes.

PSD - A Floresta tem que ser vista como um todo, como já foi referido anteriormente, e depois sim partir para cada fileira, temos primeiro que estruturar as fileiras de forma a que funcionem articuladas e consequentemente potenciando o sector florestal. Actualmente temos grandes desigualdades entre fileiras que tem que ser dinamizadas criando novas economias e consequentemente mais rendimento, queremos em conjunto com os agentes do sector definir o caminho e intervir onde tivermos que intervir sempre em sintonia com os agentes.

6 - Quais as perspectivas do futuro da fileira biomassa/energia? Que medidas devem ser tomadas nesse sector?

BE - O aproveitamento da biomassa florestal para a produção de energia é interessante porque representa um incentivo à limpeza e gestão dos espaços florestais e é uma fonte renovável de energia que importa incentivar numa época em que temos de reduzir a dependência aos combustíveis fósseis. É preciso, no entanto, ter cuidado nas soluções adoptadas neste campo para que sejam sustentáveis. As grandes centrais de biomassa nem sempre são as mais interessantes porque requerem um volume de biomassa significativo para serem rentáveis, o que pode significar o incentivo a operações florestais pouco sustentáveis de limpeza florestal. Igualmente, as fracções de biomassa com maior poder energético nem sempre são as predominantes nos resíduos florestais, sendo importante regular a actividade de limpeza e recolha destes resíduos para que seja ajustada às necessidades de protecção da floresta. A nosso ver é mais interessante ter várias centrais de biomassa no território, apoiando a limpeza florestal e a produção energética para consumo a uma escala de proximidade. É este modelo que deve ser apoiado. Também dotar as escolas e serviços públicos de pequenos equipamentos de produção de calor com a utilização de biomassa é interessante e deve ser mais incentivado.

PEV - "Os Verdes" ao nível da utilização da biomassa para fins energéticos sempre estiveram contra a produção dedicada de biomassa para estes objectivos, mas a favor da valorização de subprodutos/resíduos com este fim, sejam eles de origem florestal, agrícola, pecuária ou agro-industrial. Sempre manifestamos algumas reservas relativamente ao número de centrais de biomassa lançado pelo Governo e à localização de algumas destas centrais, tendo em conta que nos parece haver um sobredimensionamento face aos resíduos gerados pelas áreas florestais envolventes

CDS-PP - A contribuição do sector agro-florestal para reduzir a dependência energética tem de ser validada. Por isso é fundamental estimular os projectos de biomassa, tendo por base a criação de mais emprego e mais uma fonte de rendimento para o sector.

Um ponto que terá de ficar assente é a promoção das plantações dedicadas a este vertente.

PSD - O sector energético é actualmente um sector fundamental da economia mundial, e as florestas podem contribuir para este sector através da produção de energia por meio da biomassa. Contudo tal como outras temáticas florestais, como é a da fiscalidade, temos que adaptar o sector e fazer com que faça sentido, não criando medidas avulsas inconsequentes. Temos de reestruturar o sistema produtivo a par como o sector industrial, é por aí que temos de começar. As culturas energéticas têm que ser uma realidade de forma a que se consiga por um lado criar rendimento para os produtores florestais e por outro, para fazer face aos desafios da fileira energética, sempre tendo os princípios da sustentabilidade ambiental assegurados, potenciando também a floresta como agente de retenção de Gases com Efeito de Estufa. Também com esta medida podemos complementar as actividades florestais e não criar mais desequilíbrios em fileiras já estruturadas e muito competitivas.

“Da comunicação”

ANEFA na defesa e promoção dos seus associados

Campanha Alerta Floresta

Na medida do possível, a Associação procura estar presente nos diferentes meios de comunicação social, inclusive, nos audiovisuais.

Em nome de todos os “Pinheiros, Carvalhos, Ramos e Nogueiras”, a ANEFA recorda, em spots na Rádio, que o sector integra 400 mil proprietários e 250 mil trabalhadores, o que corresponde a 12% da população activa que constrói um volume de negócios de mil milhões de euros.

Apesar disso, há mais de 20 anos que a área florestal vem diminuindo, pondo em risco a sustentabilidade do sector, sem que se observe uma intervenção definitivamente estruturada e eficaz.

O alerta é ainda ampliado a toda a população que, ao abastecer de combustível as respectivas viaturas, está a contribuir com um imposto para o sector florestal, sem que se observe o investimento de um cêntimo que, um após outro, já teria dado para arborizar 100 mil campos de futebol.

É tempo de se exigir saber como o dinheiro está a ser gasto, ou é a floresta que paga.

A Propósito de asfixia democrática...ANEFA afastada do Conselho Florestal Nacional

Uma vez mais, a ANEFA contestou a tomada de decisões à revelia do interesse de todos os agentes do sector florestal. Tendo lugar, por direito próprio, no Conselho Florestal Nacional, integrado, entre outros, “por elementos representativos das estruturas empresariais e associativas do sector e das fileiras florestais...”, de acordo com a legislação que lhe está na origem, foi esquecida na convocatória para uma recente reunião daquela entidade.

Ora, como o silencio não sustenta florestas, e porque a Associação é uma das vozes que incomodam, no caso, ao contestar o atraso na implementação do ProDeR e a ineficácia do plano de acção de combate ao Nemátodo – apesar de ser a única, de âmbito nacional, a representar os prestadores de serviços ao mundo rural – foi mais uma vez afastada, desta vez pelo CFN, da discussão das estratégias florestais de interesse a todo o sector. Até À data, a Secretaria de Estado, aos quesitos da ANEFA, nada disse! (23.Set.09)

Os 3 inimigos da Floresta

Os três grandes inimigos da floresta portuguesa e dos florestais já foram definidos pela ANEFA: os incêndios, o nemátodo e o ministro Jaime Silva!

A ineficiente manutenção da floresta e a falta de recursos para prevenção e combate aos incêndios, o Nemátodo da Madeira do Pinheiro que alastra por todo o país, e o ministro Jaime Silva que acena com um ProDeR que não funciona e que, assim, compromete a sustentabilidade da Floresta portuguesa e das empresas, que dela fazem o seu sustento de vida.

Daí que se pergunte àquele membro do governo, “se tem consciência de quantos agricultores e silvicultores colocou em gravíssima situação financeira, e o quanto contribuiu para a ruína das empresas prestadoras de serviços, com o monstro inoperante que criou com este ProDeR”.(21.Set.09)

600 Milhões de euros devolvidos a Bruxelas?

A agricultura e a Floresta atravessam a pior crise dos últimos tempos e mesmo assim, o nosso Governo deixa escapar as poucas oportunidades que nos restam.

Expressão de lamento da Direcção da ANEFA, após a denúncia do ex-eurodeputado do CDS, José Ribeiro e Castro, ao trazer a público que o sector agrícola nacional perdeu cerca de 600 milhões de euros de ajudas comunitárias e que se arrisca a perder outro tanto.

Tais números constam, segundo Ribeiro e Castro, de um documento redigido pela comissária europeia da Agricultura, Mariann Fischer Boel, pelo que, se assim for, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Jaime Silva, deveria ter muito a explicar. (02. Set.09)

Cooperação

Para o desenvolvimento do seu trabalho e defesa das suas associadas, a ANEFA colabora com diversas entidades responsáveis dos diferentes sectores de actividade, nomeadamente:



Incêndios, Nemátodo e ProDer

Em plena época de incêndios, o fogo não pode estar mais ateadado... A Floresta está a ser ignorada por dirigentes e autoridades, partindo tal delação da ANEFA, cansada de alertar para a inoperância relativa ao sector, sem que sejam tomadas as necessárias medidas. A carência de investimento cria um claro problema de sustentabilidade, o que pode levar, num futuro próximo, à condenação do sector florestal em Portugal. O Fundo Florestal Permanente poderia ajudar a relançar o investimento no sector. (27.Ago.09)

Nemátodo atinge Mata do Buçaco

Na sequência dos últimos acontecimentos relativos à expansão do Nemátodo da Madeira do Pinheiro na Mata do Buçaco e após depoimento do Ministério da Agricultura, a ANEFA considerou não poder deixar passar impune a ligeireza com que o assunto tem sido abordado pelas autoridades competentes.

As consequências do alastramento da doença para a Região Centro têm vindo a deflagrar, colocando em risco a sustentabilidade da floresta e sendo já inevitável falar na falência de inúmeras empresas, com consequente aumento do desemprego local. Demarcada como uma das principais zonas produtoras de pinheiro bravo do país, a Região Centro assenta, essencialmente, numa economia local muito dependente do sector florestal, sendo que, neste contexto, o problema deixa de ter um carácter regional e passa a afectar a economia nacional. (17.Ago.09)

ANEFA reuniu com Ministério e Presidência

A falta de sustentabilidade da floresta portuguesa e a carência de matéria-prima colocaram em causa a economia nacional, sendo prova disso os acontecimentos associados ao problema do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP). Temas centrais, entre outros, que estiveram em análise nas reuniões havidas, a 20 de Julho p.p., com o Secretário de Estado, do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Ascenso Simões e a 04 de Agosto, com Sevinate Pinto, assessor da Presidência da República.

O desenvolvimento do sector e a subsídio-dependência ampliam o problema, uma vez que a taxa de corte é muito superior à de arborização, tendo sido sublinhado que a existência de Quadros Comunitários poderia constituir uma das soluções. No entanto, o ProDer apresentou a pior versão dos quadros de apoio conhecida até hoje, cuja aplicação nada tem a ver com a realidade agrícola e florestal do país. (10.Ago.09)

ANEFA assina protocolo de cooperação com SATIVA Desenvolvimento Rural Lda.

Partilhando do entendimento de que novos investimentos na floresta devem ser otimizados, a cooperação agora assumida entre as duas entidades tem como objectivo facilitar o acesso à certificação aos membros associados na ANEFA, que apresentam uma ampla diversidade de necessidades face ao processo, dado que abrangem uma gama completa de operações e actividades florestais e ambientais.

As empresas associadas da ANEFA beneficiarão de um conjunto de facilidades na implementação dos sistemas necessários para receber e/ou manter um certificado, através dos seguintes referenciais:

ISO 9001 (Sistemas de Gestão da Qualidade),
ISO 14001 (Sistemas de Gestão Ambiental),
ISO 18001 (Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho),
PEFC Gestão Florestal Sustentável / PEFC Cadeia de Custódia
FSC Gestão Florestal Responsável / FSC Cadeia de Custódia.



Tel. 351.234 543 222
Fax 351.234 543 666
Telex. 351.919 052 777 | 912 550 955

Quinta da União (Alb. a Nova) - Ap. 92
3890-501 BRANCA ALB
Albergaria-a-Velha - Portugal

www.herkulis.com
herkulis@herkulis.com

Negociações e Parcerias

Gasóleo Agrícola nas máquinas florestais (marcado);
Negociação e revisão do Contrato Colectivo de Trabalho;
Promoção do cumprimento da legislação laboral;
Análise de legislação e procedimentos burocráticos;
Acompanhamento de custos e produtividades;
Cursos de Formação Profissional
Protocolo em SHST
Livros de reclamações aos seus associados.

Principais Eventos

Organização da feira "ExpoFlorestal";
Encontro Nacional de Viveiristas e de Empresas Prestadoras de Serviços;
Dinamização de Jornadas Técnicas;
Reuniões de trabalho sectoriais;



FORURAL

Quantas vezes precisou de ajuda
no Mundo Rural sem saber onde recorrer?

No Fórum dos Produtos & Serviços Agro-Florestais
encontra a qualificação e a tecnologia
mais recente para o apoiar.

FORURAL
A Floresta e a Agricultura
do Século XXI

www.forural.com

anefa Rua dos Arneiros, 71A - C/V A 1500-040 Lisboa - PORTUGAL
Tel: 214 315 270 • Fax: 214 315 271 • Telex: 312 545 830 R3
www.anefa.pt • Email: geral@anefa.pt

ProNatura

Projecto PRONATURA Mais e melhor floresta para todos

O Projecto Pronatura ajuda a desenvolver uma nova sustentabilidade a empresas com actividades nas áreas da responsabilidade ambiental e social. A parceria com empresas florestais e não florestais que desde o primeiro momento acreditaram que era possível voltar a ter florestas nativas e espécies autóctones, logo após a intervenção, sempre com resultados surpreendentes.

Objectivos

- Contribuir para a conservação da natureza, criando e dinamizando os projectos florestais nativos e espécies autóctones.
- Criar novos projectos florestais.

Descrição

O projecto tem como objectivo a criação de parcerias entre empresas florestais e não florestais, com o objectivo de desenvolver projectos florestais nativos e espécies autóctones.

O projecto tem como base uma parceria entre empresas florestais e não florestais.

- Parceiros: Empresas florestais e não florestais.
- Destinatários: Empresas florestais e não florestais.

A floresta produz os recursos das nossas vidas e é a base da nossa economia. É a nossa responsabilidade cuidar dela e garantir a sua sustentabilidade.



Rua dos Arneiros, 71A - C/V A
1500-040 Lisboa
Tel: 214 315 270 • Fax: 214 315 271 • Telex: 312 545 830

www.anefa.pt • geral@anefa.pt

www.projectopronatura.pt • pronatura@anefa.pt



Pela defesa
e promoção
do mundo rural

A floresta produz os recursos das nossas vidas e é a base da nossa economia. É a nossa responsabilidade cuidar dela e garantir a sua sustentabilidade.

Fundada em 1966



abastena

SOC. ABASTECEDORA DE MADEIRAS, LDA.

Tem Mantido Exclusividade de Abastecimento à Indústria Nacional



Actualmente Possui:

Grupo de Gestão Florestal da Abastena (GGFA)

**Com 57 Proprietários Florestais
E uma Área de 723,70 ha**

Certificada pelo FSC

Bolsa de Fornecedores da Abastena (BFA)

**Constituída por 27 Empresas
(Sub-Fornecedoras da Empresa)**

Certificadas pela Cadeia de Responsabilidade pelo FSC

**Os Proprietários e Produtores Florestais interessados em Certificar as suas
Matas pelo FSC, podem aderir à Certificação em Grupo do GGFA.
Para isso deverão entrar em contacto com a Administração do Grupo:**

Contacto - 912 530 033

**Abastena – R. Padre Estêvão Cabral, 79, 1º - Sala 104
3000-317 Coimbra**

Abastena, Lda.

R. Pe. Estevão Cabral, 79 - 1º - s. 104
3000 Coimbra
Telf.: 239827953 ● Fax: 239833545

Agueira Florestal, Lda.

Vale de Açores
3450 Mortágua
Telf.: 231922126 ● Fax: 231921782

Amaro Tavares & Filho

Av. Bombeiros Voluntários
do Montijo, 324
2870 - 219 Montijo
Telf.: 212301397 ● Fax: 212313850

Ambiflora, Lda.

Lugar Novo, R. Linha Férrea nº 10
4700 - 711 Palmeira Braga
Telf.: 253628364 ● Fax: 253628364

Anadiplanta

Rua Poeta Cavadador - Anadia
3780-234 Anadia
Telf.: 231511774 ● Fax: 231511774

António Panalo Pedrico

R. do Emigrante, 4
6320 Sabugal
Telf.: 271388670 ● Fax: 275912011

Aquaflora Unipessoal, Lda.

R. Dr. Manuel d'Arriaga
7540-183 Santiago do Cacém
Telf.: 269810211 ● Fax: 269810211

Arboser, Lda.

Herdade Espirra - Mitrena - Aptd. 55
2901 - 861 Setúbal
Telf.: 265729499 ● Fax: 265729493

Aromas de Portugal

Rua S Miguel nº15, 1º Aptd. 171
Ponte da Pedra
2416-902 Leiria
Telf.: 244833648 ● Fax: 244833649

Aval Verde,

Engenharia e Ambiente, Lda.
Parque Industrial da Espinheira - Ed.
Administrativo - Espinheira
3360-287 Penacova
Telf.: 239476670 ● Fax: 239476671

Bioflorestal S.A.

R. Padre Matos, Edif. 2000 - entrada 1
e 2
3850-091 Albergaria a Velha
Telf.: 234527123 ● Fax: 234580407

Biosani, Lda.

Casal de Sto. Isidro, Serra do Louro,
2950-305 Palmela
Telf.: 212333019 ● Fax: 212351299

Casola e Pedro, Lda

Santa Clara - Sardoal
2230 - 011 Alcaravela (Abrantes)
Telf.: 241855666 ● Fax: 241855666

Castanea Sativa Lda.

Caveirós Bxº-Cambra Vouzela
3670-041 Cambra
Telf.: 232748017 ● Fax: 232748017

Célia Marques, Unipessoal Lda

R. Caldeireiros 43 Marinha das Ondas
3080 - 485 Figueira Foz
Telf.: 233959157 ● Fax: 233959157

C M - Comércio de Madeiras, Lda.

R. Eurocerâmica 59 - Brejos Azeitão
2925 - 145 Azeitão
Telf.: 212180206 ● Fax: 212180206

Consagri, Consultoria Agrícola Lda.

Rua Padre Evaristo do Rosário Guerreiro,
N.º 2
2100-195 Coruche
Telf.: 243617382 ● Fax: 243617413

Cortárvore, Lda.

Lugar de Vilela - Oliveira
4750 Barcelos
Telf.: 253843453 ● Fax: 253843453

Covelo e Pinto, Lda.

R. Almirante Reis, 294
2830 - 461 Palhais - BRR
Telf.: 212148890 ● Fax: 212148898

Custódio Gaudêncio

Paião - Apartado 4
3080 Figueira da Foz
Telf.: 233940283 ● Fax: 233941111

Empev

Gestão de Espaços Verdes, Lda.
Av. 25 de Abril, 540 - rch D
2200-299 Abrantes
Telf.: 241377212 ● Fax: 241377213

Empex, Lda.

Rua Inf. D. Luís 28
2200 - 090 Abrantes
Telf.: 241372903 ● Fax: 241372904

Expoflora, Lda.

Largo da Saboaria, 8 e 10 - Aptd 272
2300 Tomar
Telf.: 249321295 ● Fax: 249322833

Flogística, Lda.

Fonte Covas - Vila Verde
4730 Turiz
Telf.: 253311131 ● Fax: 253311827

Floponor, Lda.

Rio de Mel
6420-552 Trancoso
Telf.: 271813324 ● Fax: 271813323

Floresta Bem Cuidada, Proj. Florest., Ldaº

Av. Da Igreja, 14 R/c dto
6300 - 399 Guarda
Telf.: 271237630 ● Fax: 271237630

Floresta Renovada, Lda.

R. Maria Vela, 10
6300 - 581 Guarda
Telf.: 271222561 ● Fax: 271222561

Florestação Nordeste Algarvio Unip. Lda.

Monchique - Vaqueiros
8970 - 339 Alcoutim
Telem.: 967891946 ● Fax: 281546512

Florgénese Lda

Estrada do Seixalinho, CityPark - Ar-
mazém A
2870-339 Montijo
Telf.: 212326790 ● Fax: 212326787

Forestcorte - Exp. Florestal, Lda.

Lugar De Paços
4540-451, Moldes, Aveiro
Telf.: 256940260 ● Fax: 256940269

Fortunato Pereira & Fos., Lda.

Av. Da Liberdade 145 - Cabeça Gorda
2530 - 333 Marteleira
Telf.: 261437265 ● Fax: 261437265

FT - Floresta Transmontana, Lda.

Carrapatos
5340 - 070 Mac. Cavaleiros
Telf.: 278426003 ● Fax: 278426003

Gesfloresta, Consultoria Lda.

Travessa Guerreiros, 19
2100 - 218 Coruche
Telf.: 243660777

Gestiverde, Lda.

R. D. Lopo Almeida, Lt 81 R/C Esq.
2200 - 281 Abrantes
Telf.: 241366806 ● Fax: 241366850

Globulus, Lda.

R. Arcebispo de Évora, nº 62
2350-561T. Novas
Telf.: 249813256 ● Fax: 249813256

Ibersilva - Serv. Suc. Portugal

Av Antº Augusto de Aguiar 130 - 2º
1050 - 020 Lisboa
Telf.: 217800269 ● Fax: 217800270

Igal, Lda.

Av. S. Sebastião, 4
7000 - 767 Évora
Telf.: 266734189 ● Fax: 266735072

Imobiente, Lda.

R.Sac. Cabral 11 Ap.Montramar103 B
8200 Albufeira
Telf.: 289586566 ● Fax: 289585114

IndoFlorestal, Unipessoal Lda.

Rua d'Ega nº10
6000-183 Castelo Branco
Telf.: 272347166 ● Fax: 272347166

Ivo Gomes Unipessoal, Lda.

Quinta da Ramalhosa, Lote 55 Loja 2
3510-141 Viseu
Telf.: 232448437 ● Fax: 232448437

J. Serra Ramos, Lda.

R. Rancho Cantarinhas, 34 - Buarcos
3080 Figueira da Foz
Telf.: 233418626 ● Fax: 233418628

Jardim Formoso, Lda.

Av. 25 de Abril, nº 56 - Galamares
2710-246 Sintra
Telf.: 219241205 ● Fax: 219246632

José Maria Pereira e Fos, Lda.

Cast. Ventoso - S. Bartolomeu Serra
7540 - 321 Sant.Cacém
269902372 ● 269902372

José Matos Esteves

Bairro dos Medrouços, Via C, Lt 13
5340 Mac. Cavaleiros
Telf.: 278421632 ● Fax: 278421632

L. T. O. - Lav. Terr. do Oeste, Lda.

Cintrao - Apartado 58
2540 Bombarral
Telf.: 262609380 ● Fax: 262604776

Logística Florestal, SA.

Zona Ind. Vale do Alecrim, Lt 133
2950 - 437 Palmela
Telf.: 212389340 ● Fax: 212389349

Madeicampo - Exploração Florestal Lda
R Central Campo 2115, Campo
4440-037 Campo VLG
Telf.: 224 112 639 ● Fax: 224 159 217

Maditorres, Lda.
Cabeça Gorda
2560 Torres Vedras
Telf.: 261980040 ● Fax: 261980049

Manuel Santana Rocha
São Sebastião
2040 - 494 Rio Maior
Telf.: 243907213

Mata Verde Estudos e Projectos Lda.
Zona Industrial Cantarias
Rua Alexandre Afonso Lote 17
5300 - 429 Bragança
Telf.: 273331245 ● Fax: 273332654

Micoflora, Lda.
Centro Empresas
Ed.Clube Náutico-Sra.Santana-Pav.1
7580 - 509 Alcácer do Sal
Telf.: 265613274 ● Fax: 265613274

O Trevo, Lda.
R. Fernando Namora, 28 - 3º Dtº
7800 - 502 Beja
Telf.: 284325962 ● Fax: 284318365

Pedro Antº Aíveca Piçarra, Lda.
R. Fernando Namora, 28 - 1º Esq.
7800 - 502 Beja
Telf.: 284324192 ● Fax: 284324194

Proclass, Lda.
Rua das Poças, nº19 R/C - Vilaça
4705-651 Braga
Telf.: 253672295 ● Fax: 253672295

Projectacon
Qt.ª de Montezelos, It 11 - Arm. dt.º -
Apt 110
5001-910 Vila Real
Telf.: 259301200 ● Fax: 259301209

Quinta do Prazo - Viveiros Florestais, Lda
Pé de Ouro, Campizes
3150 - 253 Ega
Telf.: 239943446 ● Fax: 239943447

Rapamato - Serv. Florestais, Lda.
R. G Manuel Diogo Neto 151, 2º Dº
2768-334 Estoril
Telf.: 214685202 ● Fax: 214685202

Sérgio C. Domingues & Ca. Lda.
Tomada - Moreira
4950 - 600 Monção
Telf.: 251666262 ● Fax: 251666262

Silvapor, Lda.
Qtª da Devesa, Srª da Graça
6060 Idanha a Nova
Telf.: 277208208 ● Fax: 277202780

Silvatec
R. Eng. Pires Marques, It 63 r/c esq.
6000-406 Castelo Branco
Telf.: 272324139 ● Fax: 272324139

Silviaçores - Silvicultura, Lda.
Carreira - Fajã de Cima, S/N
9500 - 511 S. Miguel
Telf.: 296638268 ● Fax: 296638268

Silviconsultores S.A
Av. Antonio Augusto Aguiar nº148, 5ªA
1050-021 Lisboa
Telf.: 211923793 ● Fax: 211454850

Silviland, Serv. R Obras Florestais
Av. Municipio da Ribeira Grande, Lt92
lojaA, sala1
2350-106 Torres Novas
Telf.: 249819296 ● Fax: 249819297

Socriter, Lda.
Zona Industrial de Ulme
2140 Chamusca
Telf.: 249771696 ● Fax: 249771698

Soprofe, Lda.
R. 18 de Maio, Lote 882 R/C esq.º
Rossio ao Sul Tejo
2205-040 Abrantes
Telf.: 241331413 ● Fax: 241331414

T. M. F., Lda.
R. 5 de outubro, 28
2100 - 127 Coruche
Telf.: 243610100 ● Fax: 243610109

Teleflora - Exp. Imp. Neg. Flores SA.
Campo Grande, 183 - 2º
700 - 090 Lisboa
Telf.: 217826700 ● Fax: 217958392

Unimadeiras S A.
Apartado 3
3850 Alberg. a Velha
Telf.: 234521864 ● Fax: 234523665

Valdelima, CRT
Zona Industrial de Paço, Lote 24
4970-249 Arcos de Valdevez
Telf.: 258 480 280 ● Fax: 258 480 289

Vedap - Esp. Verdes, Silvicultura e Vedações SA.
Rua Moinho de Vento S/N - Apartado 21
2250-909 Constância
Telf.: 249739654 ● Fax: 249739655

Verde Sereno Lda.
Rua da Capela nº2 Tellheiro-Barreira
2410-033 Leiria
Tele.: 913294925 ● Fax: 244009038

Viveiros de Santo Isidro, Lda.
Herdade Pontal - Apartado 5
2985 - 275 Pegões
Telf.: 265898039 ● Fax: 265898047

**ACREDITAMOS QUE
CONTRIBUIMOS PARA
UM FUTURO MELHOR !**

*Projectos e
Gestão Florestal,*

*Plantações e
Manutenção
Florestal,*

*Inventário
Florestal,*

*Construção e
Manutenção de
Jardins,*

*Instalação de
Sistemas de Rega,
Comercialização
de Plantas,*

*Cartografia e
Cadastro,*

Fotografia Aérea,

*Obras de
Recuperação
Ambiental*



J. Serra Ramos, Lda.

Engenharia Florestal e Jardinagem

Rua Rancho das Cantarinhas nº34

3080-250 Figueira da Foz - Portugal

Tel. (00351) 233418626/233418627 - Fax. (00351) 233418628

E-mail - jserramos@mail.telepac.pt -

www.jserramos.com

Ficha de Inscrição n.º _____
(a preencher pela ANEFA)



Associação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Nome: _____
Nº Contribuinte: _____
Morada: _____
Cod. Postal: _____ - _____ E-mail: _____
Telefone: _____ Fax: _____ Telemóvel: _____
Website: _____
Responsável a contactar: _____

Sector de actividade (assinale com X):

- ☐ Empreiteiro ou Alugador de máquinas
☐ Empresa de Exploração Florestal
☐ Viveirista
☐ Empresa de Serviços Técnicos

Quota mensal única no valor de 35€

**No caso de se associar à ANEFA através desta ficha de inscrição,
ficará isento do pagamento de jóia (no valor de 150€)**

_____, ____ de _____ de 2009

Assinatura: _____

Deverá enviar cópia desta ficha devidamente preenchida, para a morada abaixo indicada.

Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Rua dos Arneiros 72 A – C/V A ● 1500 – 060 Lisboa
Tel.: 214 315 270 ● Fax: 214 315 271 ● Tlm: 912 545 930

Floresta

Alta tecnologia e maquinaria especializada

Novas operações florestais com a cabeça para colheita de biomassa Bracke C16.a

Tendo em conta que cada vez é mais importante e exigível aproveitar os resíduos florestais para valorização da sua biomassa, é importante desenvolver equipamentos que facilitem as operações neste tipo de práticas. Nesse sentido a Bracke Forest, representada em Portugal pela Timbérica, desenvolveu uma máquina perfeitamente adequada a esta actividade emergente.

Trata-se da cabeça para colheita de biomassa C16.a. Esta cabeça é muito eficiente na limpeza de vegetação espontânea, na limpeza dos corredores, no desbaste pré-comercial e na regeneração de zonas queimadas/degradadas. A C16.a pode ser montada em processadoras e outras máquinas equipadas com lança ou grua. Além dos braços acumuladores, que permi-

tem a realização de vários cortes consecutivos sem a deposição do material no solo, a C16.a possui um inovador e patenteado sistema de corte que garante cortes extremamente rápidos e limpos. Esta solução de corte compreende uma corrente tensada automaticamente montada numa lâmina de disco. A cabeça C16.a. pode fazer cortes com diâmetros entre 1 e 26 cm.



Plantação mecanizada simples e efectiva com o plantador Bracke P11.a

O plantador Bracke P11.a realiza todo o trabalho de reflorestação, desde a preparação do terreno até à plantação, com apenas uma máquina.

O Bracke P11.a efectua a preparação do terreno e a plantação. O P11.a é fácil de manejar e pode ser controlado directamente a partir da cabina do operador. O operador pode escolher a localização para cada planta e a forma da plantação.

Durante o processo é também possível a aplicação de produtos fitossanitários e fertilizantes.

O plantador P11.a efectua um montículo de terra invertida, comprime-a e coloca a planta. A formação de montículos é o método de plantação mais indicado para todos os tipos de terreno. Também se pode alternar a preparação do terreno com recurso a ripagem, através de um dente aplicado na máquina, para fazer linhas de plantação ou plantar directamente sem a preparação. Todas as funções são facilmente controladas a partir da cabina, seja qual for o método de

preparação do terreno.

O sistema avançado de controlo “Bracke Growth Control” é desenvolvido tendo como base a tecnologia moderna de CAN BUS. A unidade possui sensores que enviam informação ao Bracke Growth Control, por exemplo acerca da posição do tubo da planta. A informação do visor e do comando de manobra transmite-se digitalmente através do cabo de CAN BUS entre a cabina do operador e a unidade CPU da máquina. Os ajustamentos e a leitura da informação são realizados a partir do visor na cabina. Este sistema calcula a quantidade de planta utilizada e mede o tempo de trabalho. A profundidade da plantação e a compressão do terreno são também facilmente ajustadas a partir do visor na cabina do operador. Este plantador pode ser aplicado em máquinas escavadoras de rastos ou processadores de rodas de 16 a 20 toneladas.

Conteúdos gentilmente cedidos por
Timberica Lda.





www.timberica.com

Rua 4 de Agosto nº 1 | 2525-814 Serra del Rei | Portugal | Tel: (+351)262-905060 | Fax:(+351)262-905061

Novos modelos das máquinas Valmet

Foram apresentados, no início de Junho, na Feira Internacional Elmia (Suécia), os novos modelos da Valmet, fabricados pela Komatsu Forest e representados,

em Portugal, pela Cimertex.

Em conjunto com a Unimadeiras, a Cimertex organizou uma viagem com os seus clientes a esta feira, tendo sido

acolhidos com enorme agrado os novos produtos da gama Valmet, que passamos em seguida a apresentar.



Valmet 840 TX:

- O seu "nariz" mais curto, diminuindo o comprimento da máquina, permite uma maior manobrabilidade e versatilidade, mantendo a capacidade de carga.
- Menor compressão do solo, devido ao seu peso inferior.
- Novo motor, que permite uma maior economia de consumo, sem afectar a performance.
- Alteração da geometria da grua, melhorando a rapidez e eficiência da carga.

Valmet 901 TX:

O Valmet 901 TX é uma inigualável combinação de performance e manobrabilidade, sendo extremamente eficaz, causando um impacto mínimo na floresta:

- Maior altura ao solo, que permite maior desempenho em zonas difíceis.
- Nova grua com maior capacidade e produtividade, em relação ao Valmet 901.4.
- Motor que maximiza o binário a menor rotação, com a consequente economia de combustível.
- Novo Valmet Confort Bogie. Bogie frontal melhorado, que combinado com os pneus 24.5" causam uma baixa compressão do solo.





Valmet 931:

Mais do que um novo Harvester.

Finalmente chegou o novo Valmet 931, um Harvester para trabalhos muito pesados em condições muito duras:

- Combinação entre a força e a versatilidade para uma maior produtividade e rentabilidade.
- Com a nova grua CRH22 aumenta a capacidade de carga e precisão, no alcance máximo.
- Novo motor, com nova tecnologia, permite uma maior potência, maior capacidade de resposta e melhora o consumo.
- Esta nova classe de máquinas vai aumentar a flexibilidade da sua operação, pois à grande potência, alia-se uma dimensão mais reduzida, tornando a máquina compacta e potente.

Valmet 365

A cabeça processadora Valmet 365 é uma combinação de força, flexibilidade e fiabilidade:

- Novo sistema de medição assegura uma precisão de corte única.
- Sistema de 3 rolos permite uma maior tracção.
- A existência de 4 facas móveis facilita o trabalho em terrenos íngremes.

Conteúdos gentilmente cedidos por
Cimertex - Sociedade de Maquinas e Equipamentos S.A.



“IMBATÍVEL NA FLORESTA” - Série N e T da VALTRA



Na **Série N e T da VALTRA**, os clientes podem escolher as opções desejadas, incluindo a potência do motor, desde o modelo básico Classic ao modelo topo de gama Advance, que é caracterizado pelos avançados motores Common Rail, transmissão e hidráulicos programáveis, cabina e eixo dianteiro suspensos.

As Séries N e T da Valtra representam o modo prático dos Nórdicos, e encoraja a sua utilização durante todo o ano, mesmo nas condições mais exigentes.

Os tractores da Valtra são reconhecidos como “**Imbatíveis na floresta**” e oferecem de fábrica um pack incomparável:

Cabina florestal, equipada com um aro de protecção à volta do tecto, com vidros fortes e grandes, e uma janela extra em cima. Outras três janelas aumentam ainda mais a visibilidade.



Conjunto cabina florestal e Inversão do posto de condução

TwinTrac-Inversão do posto de condução, faz com que trabalhar em ambos os sentidos se torne conveniente e eficiente. O sistema inclui um volante na traseira com alavanca do inversor, embraiagem traseira, pedais de acelerador e travão. A visibilidade dos implementos montados atrás e da área de trabalho é excelente.

Muitas das combinações tractor-implemento trabalham melhor quando se trabalha no sentido inverso. A cabina

espaçosa é também ideal para trabalhar em sentido inverso, e o condutor pode rodar o assento 180º sem ter que se levantar.

Tanque de combustível em aço e pneus de 14 telas montados em jantes reforçadas.

Conteúdos gentilmente cedidos por
Valtrator S.A.

AS INOVAÇÕES VALTRA TORNAM O SEU TRABALHO MAIS FÁCIL

NA FLORESTA

O PACK VALTRA PARA A FLORESTA NÃO TEM COMPARAÇÃO

- CABINA FLORESTAL - VISIBILIDADE TOTAL
- POSTO DE CONDUÇÃO REVERSÍVEL
- TANQUE DE COMBUSTÍVEL EM AÇO
- RODAS REFORÇADAS



VALTRA N - 88-154 hp, 360-620Nm

Sérgio Carvalho Domingues & CA. Lda.

Com o início de actividade em 1983, Sérgio Carvalho Domingues surge como uma empresa em nome individual e de cariz familiar, vocacionada para a exploração florestal, nomeadamente corte, recheça e transporte.

Em 2002, esta microempresa passa a ter a designação de Sérgio Carvalho Domingues & CA. Lda., contando para o efeito com três trabalhadores permanente, dois sócios gerentes, e apostando fortemente na aquisição de maquinaria própria.

Trabalhos de reflorestação, plantações e limpezas florestais, são igualmente áreas onde presta serviços e para o qual tem a capacidade técnica exigida.

De entre as preocupações que surgem no sector florestal, Sérgio Carvalho Domingues & CA. Lda., aponta o excesso de burocracia e a falta de apoio à exportação como alguns dos mais graves problemas e factores de desmotivação para quem trabalha no Mundo Rural.

No entanto refere ainda que outras questões são igualmente importantes e que poderiam dar um novo alento ao sector. Como exemplo, a empresa refere o aproveitamento da biomassa florestal, que para além da componente de produção de energia, ou de diminuição do risco de incêndio, poderia também contribuir para a valorização económica de um subproduto, realidade que não se verifica actualmente face à dispersão geográficas das centrais.

Da ANEFA, associação à qual pertence desde Julho de 1998, espe-



ra a continuação do trabalho reivindicativo em prol das empresas que representa, nomeadamente no que respeita ao trabalho desenvolvido junto das entidades competentes, quer ao nível dos Ministérios, como da Autoridade Florestal.

Conteudos cedidos pela Gerencia

Contactos:

Sérgio Carvalho Domingues & CA. Lda.

Tomada – Moreira

4950-600 Monção

Tel: 251666262

Fax: 251666262

E-mail: s.c.domingues@sapo.pt

Vinho, uma riqueza singular...

Neste país à beira mar plantado, a cultura da vinha adopta a nível nacional uma importância significativa, com aproximadamente 300 mil hectares plantados e assumindo lugar de destaque em mais de 60% das explorações agrícolas nacionais.

Passando pelos estados de juventude, maturidade e envelhecimento, o vinho é sujeito a factores como solo, clima, castas de uvas, métodos de cultura, e região de produção o que faz deste um dos produtos mais singulares

O vinho é o mais belo presente que Deus fez aos homens - PLATÃO

Da vinha ao vinho...na Companhia das Lezírias!

A actividade vitícola da Companhia das Lezírias iniciou-se no longínquo ano de 1881, ao tempo em que foi instalada a vinha na charneca de Catapereiro. A área foi crescendo até que em 1934, atingiu o seu máximo expoente - cerca de 400 hectares. As castas então dominantes eram o Periquita (Castelão) e o Bastardo. Com o passar dos anos, a vinha foi sendo reestruturada, tendo a Companhia das Lezírias, actualmente, cerca de 130 ha de vinha, dos quais, 63% é composta por castas tintas e os restantes 37% por castas brancas.

Entre as castas tintas, a variedade Alicante Bouschet é maioritária, seguida de Castelão, Touriga-Nacional, Trincadeira, Aragonez, Cabernet Sauvignon, Syrah, Merlot, Touriga-Franca, entre outras. As castas brancas instaladas são a Fernão Pires, Verdelho, Arinto, Vital, Tália, Alvarinho e outras. No total, a Companhia das Lezírias tem 26 castas em produção.

Na vinha, temos vindo a efectuar uma grande reestruturação, sem

menosprezar as castas nacionais, mas instalando também outras que tão bem se adaptam a esta região vitícola e ensaiando novas castas, a fim de verificar a adaptação às nossas condições edafo-climáticas.

Quanto aos vinhos, a gama está organizada da seguinte forma: os que têm a denominação "Companhia das Lezírias" são englobados na Denominação de Origem Ribatejo e elaborados, essencialmente, a partir das castas Castelão e Alicante Bouschet, no caso do tinto, e Fernão Pires, no caso do branco. Os vinhos Regionais Tejo possuem a designação "Catapereiro", sendo um lote das várias castas regionais instaladas na nossa vinha. Os vinhos de

mesa são vendidos sob a denominação "Senhora de Alcamé", sendo elaborados a partir de lotes de vinhos produzidos pela CL, que não entram nas restantes marcas comerciais. Possuímos ainda uma gama de vinhos varietais, havendo, actualmente, 6 tintos e 2 brancos.



IGAL



Investimentos e Gestão Agro-Florestal, Lda.

Serviços de Gestão e Consultoria Agrícola e Florestal

Plantações e Manutenção Florestal

Projectos de Gestão Agrícola e Cinegética

A excelência e profissionalismo na agricultura e floresta!

Avenida de São Sebastião nº4
7000-767 Évora
Tel: 266734189
Fax: 266735072

igal_@sapo.pt





A Companhia das Lezírias, membro fundador da Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo, goza de uma localização excelente, que se repercute na qualidade dos seus vinhos, a merecer grande admiração, quer pela crítica jornalística, quer pelos consumidores que são, afinal, quem queremos servir.

No que ao ano vitícola corrente diz respeito, o ano vitivinícola de 2009/2010 apresenta, em quase todas as regiões, uma quebra de produção face ao ano anterior (que tinha já tido um decréscimo, face a 2007). As causas de quebra da produção são várias, sendo que na região Tejo se deve, sobretudo, a condições climáticas adversas, no período de floração das vinhas, afectando algumas castas como Castelão e Fernão Pires. De referir que, na Companhia das Lezírias, essa quebra não ocorreu, tendo havido, até, um incremento de produção. Apesar de haver algum desequilíbrio de maturação das uvas, o ano parece ser de boa qualidade, mostrando tintos de grande concentração de cor, alto teor alcoólico e boa estrutura.

O panorama vitivinícola europeu está a passar, como se sabe, por um período algo instável, devido ao aumento mundial de produção de vinhos e ao decréscimo no consumo que se verifica na maior



parte da Europa (que é, claramente, onde está o maior consumo de vinho). Apesar do crescimento de consumo em novos mercados (EUA, China, Angola, entre outros), ele não é suficiente para compensar as quebras que se verificam na Europa. Tal situação leva a um excesso de produção e consequentemente, a uma baixa de preço dos vinhos, a nível mundial, com forte competitividade, sobretudo, provocada pelos denominados países do Novo Mundo (Austrália, Chile, Argentina, entre outros). Pode-se, por isso, referir que os mercados de vinho estão algo saturados, levando a que muitos produtores estejam já a desistir deste ramo, enveredando por outras áreas de maior valor acrescentado.

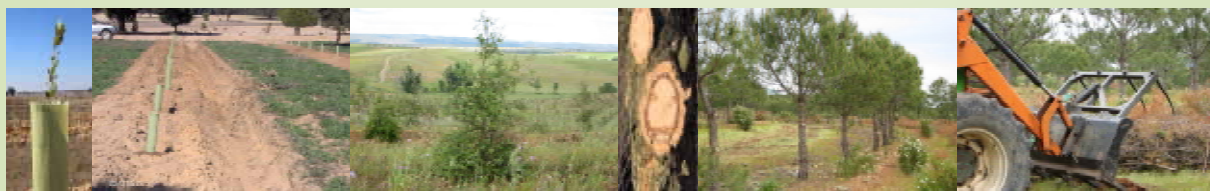
Como positivo, gostaria de salientar que, no mercado nacional, os vinhos da região Tejo, segundo os dados Nielsen, comparando o primeiro semestre de 2008 com o mesmo período de 2009, foi a que apresentou maior crescimento – 19% – o que mostra o reconhecimento por parte dos consumidores quanto à qualidade crescente dos vinhos desta região localizada no coração do País.

Frederico Falcão
Enólogo - Companhia das Lezírias

- *Elaboração e implementação de projectos florestais (instalação e beneficiação)*
- *Planos de Gestão Florestal (PGF)*
- *Elaboração de projectos agrícolas*
- *Elaboração de projectos agro-industriais*
- *Serviços de manutenção em projectos florestais*
- *Cartografias digitais*
- *Avaliação de propriedades*
- *Processos de partilhas de propriedades rústicas*



O TREVO – Gabinete de Projectos e Estudos Agrícolas, Lda
Rua Fernando Namora, n.º 28 - 1º Dtº
Telef.: 284 325 962 * Fax: 284 318 365
7800-502 Beja
otrevo@mail.telepac.pt



Vindimadoras NEW HOLLAND, de especialista a especialista



Durante mais de 30 anos, as vindimadoras New Holland distinguiram-se pela sua excelência nas vinhas de todo o mundo. Excelência esta baseada no constante espírito inovador, sendo a qualidade de vindima o factor chave da sua concepção.

A nova geração de vindimadoras New Holland VL e VX, que são um exemplo claro do compromisso que a marca tem ao serviço da viticultura, lançadas no mercado nos anos 2004 e 2005 têm tido um excelente comportamento em todas as áreas vitivinícolas, oferecendo uma combinação perfeita entre qualidade, capacidade e versatilidade.

A New Holland completou a gama com modelos que estão dotados dos últimos avanços tecnológicos. Para além disso apresentam importantes inovações na cabeça de vindima. Evoluções essas dirigidas principalmente à qualidade de vindima, à versatilidade e oferecendo todo o conforto que todo o operador necessita.

3 gamas disponíveis:

Gama média: VL5060, VL5080, VL5090

Gama alta: VL6040, VL6050, VL6060, VL6070, VL6080

Gama especial vinha/olival super-intensivo: VX7090

Uma ampla oferta para satisfazer com precisão as necessidades do mercado.

O cabeçal de vindima

de tipo pendular auto-alinhante, característica essencial para respeitar a vinha. Sistema de nora com cestas de grande flexibilidade que anula a possibilidade de dano no pé da cepa e transporta o produto até aos tegões de forma muito directa sem quaisquer fricções contra as partes fixas da máquina, respeitando o produto vindimado.

O sistema de sacudidores FDC, realiza uma sacudida curta

mas com precisão que garante um derrube das uvas suave (factor chave para o respeito à planta).

O sistema de conexão e desconexão rápida dos sacudidores permite ao operador adaptar rapidamente o sistema de acordo com as características de cada vinha, sem perdas de tempo.

Desengaçador

Este inovador sistema de limpeza pode montar-se em todos os modelos de vindimadoras da New Holland. Este sistema montado sobre os tegões encarrega-se de expulsar todas as impurezas que vêm misturadas com o produto colhido e separa de imediato qualquer matéria estranha evitando todo o tipo de contacto prejudicial à colheita, evitando assim a maceração dos cachos. Os resultados desta limpeza causaram admiração, sendo esta característica muito apreciada pelos Enólogos, que de dia para dia mais exigem esta característica para a vindima mecanizada.

Polivalência

As máquinas de vindimar New Holland são polivalentes no que respeita às funções que podem executar numa vinha. Podem fazer o trabalho de vindima (apanha da uva); trabalho de desengace da uva (permite remover as impurezas que vêm misturadas com o produto colhido e separa de imediato qualquer matéria estranha evitando todo o tipo de contacto prejudicial à colheita, evitando assim a maceração dos cachos); trabalho de bate-estacas (colocação das estacas na vinha); trabalho de pré-poda; trabalhos de desponta; trabalhos de pulverização (trabalhos fito-sanitários).

Gonçalo Carvalho
NewHolland Portugal



New Holland VX7000



New Holland TK4000

New Holland T4000 Deluxe LP



New Holland VL5000 e VL6000



New Holland
T4000N e T4000V



New Holland T4000F



A New Holland escolhe lubrificantes AMBRA

btadv.com

MÁQUINAS DE VINDIMAR E TRACTORES NEW HOLLAND: A MELHOR INVENÇÃO DESDE O VINHO.

A New Holland sabe muito bem que a vinha ou um pomar são investimentos para durar muitas gerações e têm de ser geridos com um grande cuidado. É por isso que oferece uma gama tão vasta de equipamentos especializados, concebidos para satisfazer as necessidades actuais e futuras dos viticultores e fruticultores de Portugal.

As máquinas de vindimar New Holland beneficiam da melhor tecnologia para garantir uma vindima perfeita, respeitando totalmente o produto e a planta. Graças à sua máxima manobrabilidade e visibilidade, os tractores New Holland especializados e de rastros são a melhor escolha para trabalhar em espaços estreitos, com o mínimo de impacto ambiental graças aos seus motores Tier II.

**Marca líder
em Portugal
desde o ano
2000**



NEW HOLLAND TOP SERVICE 00800 64 111 111* | www.newholland.pt

Apoio e informação 24/7 *A chamada é gratuita desde que efectuada a partir de um telefone fixo. Se a chamada for feita de um telemóvel, consulte as taxas com o seu operador.



ESPECIALISTAS NO SEU SUCESSO



Contactos:

Gestiverde – Gestão Rural, Lda.

R. D. Lopo Almeida, Lt 81 R/C Esq.

2200 - 281 Abrantes

Tel: 241366806

Fax: 241366850

E-mail: geral@gestiverde.pt

Site: <http://nersolutions.nersant.pt/empresa/gestiverde/>

GESTIVERDE, GESTÃO RURAL LDA.

A completar 15 anos de existência, a Gestiverde, Gestão Rural Lda., surge da necessidade de dar resposta a uma carência relacionada com a consultoria profissional no sector agrícola e florestal, na região do Norte Ribatejano e Alto Alentejo.

Actualmente, a empresa tem uma expressão significativa na prestação de serviços agrícolas e florestais, sustentada na vasta experiência do seu sócio-gerente, que desde o QCA I, se dedica à elaboração de candidaturas a fundos comunitários, o que motivou a constituição da empresa.

Ao nível dos Serviços de Consultoria, Planeamento e Gestão, a sua actividade engloba a elaboração de projectos de investimento (explorações agrícolas, transformação de produtos agrícolas e de âmbito florestal); candidaturas a financiamentos e ajudas comunitárias (ProDeR); estudos de viabilidade económica; licenciamentos industriais do sector Agro-Alimentar (lagares, adegas, queijarias, etc.); fraccionamento e emparcelamento de propriedades; elaboração de Planos de Gestão Florestal; produção de mapeamento e cartografia digital; avaliação, medição e caracterização de propriedades; preparação de processos de constituição, renovação e anexação de Zonas de Caça; e acompanhamento técnico de obras e trabalhos florestais.

Relativamente à execução de Trabalhos Agro-florestais, assume a sua direcção e consequente responsabilidade técnica de vários serviços, utilizando as técnicas e processos mais adequadas através de maquinaria, equipamento e mão-de-obra especia-

lizados: arborização e rearboreização de áreas florestais; beneficiação de povoamentos; infra-estruturas florestais; instalação de cercas e protectores individuais de plantas; preparação de terrenos para a instalação de culturas permanentes; etc..

A especialização da Gestiverde no apoio ao meio rural, cumpre e faz cumprir as boas práticas agrícolas e florestais, e tem acompanhado e contribuído para a concretização de estratégias da política sectorial nacional, através do planeamento, projecto e execução de milhares de hectares, procurando dar resposta às solicitações através da prestação de serviços de elevada especialização e conhecimento técnico, numa estratégia de proximidade com os produtores. A prestação destes serviços na região é considerada pela Gerência como bastante positiva, pois na grande maioria das vezes as empresas são o elo de ligação entre o Estado e o proprietário rural, aconselhando-o nos seus investimentos e orientando-o no sentido de aproveitar os meios financeiros disponíveis, contribuindo de uma maneira eficaz para o investimento privado, criando

riqueza localmente e possibilitando a criação e manutenção de postos de trabalho.

No entanto, e face à conjuntura actual, a Gestiverde vê o futuro do sector agro-florestal com alguma apreensão, uma vez que afirma que não se tem sido capaz de dar as respostas eficazes a um sector com um indiscutível peso na economia nacional. São exemplos desses desajustamentos, a falta de diálogo com os parceiros na implementação dos programas de apoio ao sector agro-florestal, caso do PRODER; uma forte aplicação de dinheiros públicos em determinados actores do meio agro-florestal com resultados bastante duvidosos e com efeitos perniciosos ao nível da concorrência desleal para com as empresas; e a ausência de uma política eficaz de reflorestação do nosso país, com a consequente falência de microempresas do sector e que bastante têm contribuído para o aumento do desemprego. .

Conteúdos cedidos pela Gerência



Dossier Especial

Nemátodo da Madeira do Pinheiro

Ficha de identificação

Morfologia e Biologia

O **Nemátodo** do Pinheiro é um verme microscópico com cerca de 1,5 milímetros de comprimento, e um dos organismos patogénicos mais perigosos para as coníferas, uma vez que provoca a morte das árvores infectadas.



O Nemátodo é transmitido às árvores por um insecto-vector do género *Monochamus*: *M. carolinensis*, *M. mutator*, *M. scutellatus*, *M. titillator*, *M. alternatus*, sendo o *Monochamus galloprovincialis* a única espécie detectada em Portugal.

Espécies afectadas

Coníferas, principalmente do género *Pinus* (pinheiros):

Pinus banksiana • *Pinus densiflora* • *Pinus echinata* • *Pinus thunbergii*

Pinus elliotii • *Pinus pinea* (Pinheiro manso) • *Pinus pinaster* (Pinheiro bravo)

Para além dos pinheiros, espécies de abetos, cedros e larícios são também susceptíveis à acção do Nemátodo do Pinheiro.



Sintomas

Há uma diminuição no fluxo de resina.

As agulhas apresentam uma coloração acastanhada e murchidão, ficando a copa total ou parcialmente morta.

É de referir que nem todas as árvores com sintomas estão infectadas pelo Nemátodo do Pinheiro, uma vez que ataques de insectos escolitídeos, fungos patogénicos, ou grandes períodos de seca, podem provocar sintomas idênticos.

O Nemátodo do Pinheiro não é visível a olho nu, sendo imprescindível que a confirmação em relação aos sintomas seja diagnosticada em laboratório.



Ciclo de vida

Após infecção das árvores, o Nemátodo do Pinheiro reproduz-se facilmente. Este organismo alimenta-se das células epiteliais e do parênquima dos canais de resina, o que implica uma diminuição do fluxo de resina.

Os canais resiníferos, o câmbio e os restantes tecidos corticais, são também afectados, provocando a destruição das paredes celulares o que leva ao embolismo das células do xilema, deixando a planta de fazer a transpiração foliar. A árvore começa a apresentar sintomas de descoloração e murchidão das agulhas, acabando por morrer devido à falta de água.



O Nemátodo do Pinheiro pode ser transportado de árvore para árvore através do seu insecto vector, que o transporta no seu sistema respiratório e o transmite a uma nova árvore. O insecto ao alimentar-se da casca dos pinheiros, provoca feridas acabando por ocorrer a transmissão para uma nova árvore.

A transmissão do Nemátodo do Pinheiro pode também ocorrer pela actividade de postura das fêmeas, em árvores enfraquecidas ou mortas.

Programa de Acção Nacional para o controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP).

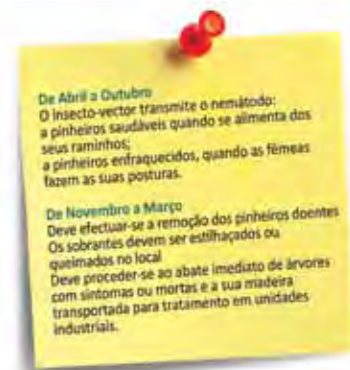
Publicada a Portaria n.º 553-B/2008, de 27 de Junho, define-se uma nova zona de restrição correspondente à área onde foi detectada a presença do nemátodo da madeira do pinheiro, aditada de uma zona tampão de 20 quilómetros adjacentes à fronteira terrestre com Espanha.

É criado então o Programa de Acção Nacional para o Controlo do NMP, que contempla na sua génese, medidas extraordinárias de protecção fitossanitária fundamentais para o combate ao nemátodo, sendo definidas coníferas hospedeiras, as árvores dos géneros *Abies Mill.* (abetos), *Cedrus Trew* (cedros), *Larix Mill.* (larix), *Picea A. Dietr.* (piceas ou espruces), *Pinus L.* (pinheiros), *Pseudotsuga Carr.* (falsas tsugas), e *Tsuga Carr.* (tsugas), com excepção dos seus frutos e sementes.

É imposto o Registo de Operador Económico, obrigatório para todos os agentes que no decorrer da sua actividade importem, produzam, comercializem ou transformem coníferas hospedeiras (material lenhoso ou plantas destas árvores), bem como das empresas que aplicam o tratamento pelo calor ou por fumigação, de acordo com a Portaria n.º 230B/2009, de 27 de Fevereiro.

Passado mais de um ano após Portugal continental ter sido considerado como zona afectada e de restrição para o nemátodo da Madeira do Pinheiro, e após a implementação do Programa de Acção Nacional para Controlo do NMP, a verdade é que se aproxima o período em que se deveria tirar “a prova dos nove” à execução do plano de acção inerente, no entanto as interrogações e a

falta de actuação continuam na base do dia. Na tentativa de esclarecer algumas dúvidas, a ANEFA questionou representantes de todos os agentes do sector. O Nemátodo da Madeira do Pinheiro na voz das Organizações de Produtores Florestais, Prestadores de Serviços, Indústria e Estado O que foi implementado e o que o que ficou por fazer...



Associação Florestal de Ansião

8 anos de existência, representa 672 proprietários e produtores florestais da região de Ansião. Tem ao seu serviço 3 técnicos florestais, 2 equipas de sapadores e 2 trabalhadores florestais que prestam apoio técnico e operacional, aos seus associados, para a valorização do seu património florestal.



Fenafloresta

Criada em 2000, é a federação representante do sector cooperativo florestal, representando 16 cooperativas distribuídas pelo território continental que no seu total representam perto de 39.000 proprietários florestais. Na sua maioria esmagadora, os associados das cooperativas são detentores de propriedades de reduzida dimensão e em que o pinheiro bravo marca quase sempre presença.



Sociedade Abastecedora de Madeiras, Lda.

Fundada em 1966, é uma das maiores empresas no abastecimento de rolaria à indústria nacional. É representada por 6 e é gestora de um Grupo de Gestão Florestal que engloba cerca de 60 Proprietários e Produtores Florestais, e de uma Bolsa de Fornecedores que reúne 27 empresas.



Unimadeiras, Produção, Comércio e Exploração Florestal, SA

Constituída em 1974, conta com mais de 600 accionistas e gera, directa e indirectamente, mais de 2.000 postos de trabalho, contribuindo para cerca de 20% da quota de mercado, relativamente ao fornecimento de madeira para a indústria de celulose.



Cento Pinus, Associação para a Valorização da Floresta de Pinho

Criado em 1998, é uma associação que reúne os principais consumidores industriais da fileira do pinho, a Autoridade Florestal Nacional e a Forestis. O seu pressuposto é maximizar a produção e otimizar a qualidade da madeira de pinho, contribuindo para o fornecimento sustentado de matéria-prima com a qualidade exigida pelas necessidades das indústrias desta fileira.



Autoridade Florestal Nacional (AFN)

É o serviço executivo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas responsável pela concepção, execução e avaliação das políticas florestal, cinegética e aquícola das águas interiores.

1-Com toda a urgência que se impõe no controlo e erradicação do NMP, acha que o modelo de plano de acção nacional se apresenta eficaz? No seu entender, quais os pontos positivos e negativos do respectivo plano?

Associação Florestal de Ansião - O programa de acção nacional até ao momento não mostrou a sua eficácia. A maioria das medidas contempladas no programa tem pouca ou nenhuma implementação visível. O Programa define 4 Eixos de Actuação estratégica, e as medidas propostas para cada um deles até nos parecem adequadas, mas a sua eficácia só poderá ser medida após a implementação efectiva do programa, que na nossa opinião tarda em acontecer.

Na nossa opinião, as medidas fitossanitárias propostas apresentam na nossa opinião um problema. Necessitam de grande fiscalização, e a esse nível parece-nos que ainda há grande trabalho a desenvolver. Aliás no plano nem são referidas nenhuma medidas de fiscalização efectivas.

As OPF estão referidas como elementos de extensão florestal, mas até ao momento a Associação Florestal de Ansião não se sentiu minimamente envolvida no processo, o que para nós é entendido como um enorme atraso na implementação do programa, pelo menos no que diz respeito ao Eixo II. Relativamente às medidas de apoio ao proprietário florestal, não percebemos porque é que o Proder só permite a candidatura à medida de Protecção contra riscos bióticos nocivos – controlo do nmp, em zonas definidas pela AFN. Se todo o território de Portugal Continental é considerado

zona afectada, pensamos que fazia sentido se projectos de todo o território fossem abrangidos. Tal facto, desprotege os proprietários das zonas não consideradas área crítica, e uma vez que na dispersão do Nemátodo não existem fronteiras esta restrição não nos faz muito sentido. Até porque não percebemos como foi feita a definição das áreas críticas. Existem concelhos onde foram encontradas amostras positivas e não estão incluídos nesta lista.

Fenafloresta - Quando em Abril de 2008 se confirma o alastramento da doença da murchidão dos pinheiros, provocada pelo nemátodo da madeira do pinheiro, a FENAFLORESTA organizou um debate de urgência dentro do movimento cooperativo, donde saiu um documento com propostas fortes e de aplicação rápida junto dos proprietários florestais de pinhal. A federação identificou que se os primeiros agentes a sofrer com esta doença eram os proprietários, como o são sempre, a médio e longo prazo, toda a cadeia que trabalha na floresta ou com a matéria-prima proveniente desta iriam sentir consequências negativas e em alguns casos por em causa inclusive a viabilidade destas empresas. Considerámos que as medidas imediatas, ao fim ao cabo de emergência, deveriam ser levadas a cabo no território comprovadamente afectado pelo NMP e que posteriormente o sector, sob a coordenação da tutela, teria que conciliar interesses comuns e assumir um plano de acção partilhado de deveres e obrigações. Este não foi o procedimento adoptado pela tutela.

Agora, passado um ano e meio de aplicação do plano de acção de controlo erradicação do NMP,

pensamos estarem reunidas as condições para se proceder a uma avaliação do trabalho desenvolvido e agir em conformidade com os resultados.

Na perspectiva de colaboração e cooperação que sempre pautou a actuação da FENAFLORESTA tentaremos de seguida responder o mais conciso e explicitamente possível às questões levantadas pela ANEFA.

Para a FENAFLORESTA a urgência assenta num processo de controlo eficaz do alastramento a novas áreas do NMP, porque consideramos que um processo de erradicação dificilmente se desenvolve a curto prazo e com o grau de 0% NMP que se pressupõe neste verbo. O modelo de plano de acção actual carece, do nosso ponto de vista, de uma avaliação e de posterior participação activa dos agentes do sector no seu aperfeiçoamento, e como é óbvio da responsabilização que este debate provocaria desde a produção, prestadores de serviços, indústria, investigação, diversos serviços do Estado. Os pontos que consideramos mais positivos prendem-se com o trabalho de extensão junto dos proprietários florestais ser desenvolvido pelas suas organizações, e pelas linhas de investigação que se encontram a ser desenvolvidas; os negativos, decorrem da falta de dados oficiais sobre esta matéria, que não são transmitidos aos parceiros e a desconcertação entre serviços diferentes do Ministério da Agricultura quando se pretende tirar dúvidas sobre esta matéria. Como principal ponto negativo destacamos o "esquecimento" a que foi votada a região a sul do Tejo, anteriormente conhecida por Zona Afectada.

Abastena - Não. Aqueles que insistentemente têm sido referidos, e divulgados pela ANEFA.

Unimadeiras - É mais do que claro de que o plano de acção implementado não é eficaz. E não o será enquanto não forem envolvidos todos os agentes do sector.

O plano actual prevê medidas fitossanitárias e de apoio à investigação científica, medidas de extensão florestal, medidas de apoio à indústria e medidas de apoio aos proprietários e produtores florestais, mas esquece por completo parte importante do sistema, os prestadores de serviços. Quem opera no terreno tem de ser indiscutivelmente envolvido no combate ao Nemátodo, pois estamos perante um processo onde não há espaço para lacunas, pois estas só serviram para permitir um agravamento da situação.

É importante que haja sensibilização, preocupação na total compreensão da doença, apoio aos proprietários e à indústria, mas as empresas de serviços à floresta têm também de ser envolvidas, e não apenas sujeitas a fiscalização sem que lhes dêem oportunidades iguais de valorização. Neste momento, os prestadores de serviços apenas estão para este plano de acção para pagarem coimas relativas a procedimentos fitossanitários que as próprias Autoridades desconhecem...

Cento Pinus - As medidas do Programa de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro identificadas na Portaria n.º 553-B/2008 de 27 de Junho estão correctamente definidas, o que constitui certamente um aspecto positivo. A implementação das medidas de extensão florestal sofreu atrasos. No entanto, consideramos que o mais importante é utilizar a experiência deste primeiro ano para melhorar a eficácia das acções de erradicação e controlo. É com o objectivo de darmos um contributo construtivo para este processo que temos vindo e continuaremos a colaborar com a AFN (e também com a ANEFA) no sentido de melhorar a operacionalização das acções de controlo e erradicação.

AFN - O Plano de Acção Nacional para controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) materializa, anualmente, as directrizes do Programa de Acção destinado ao Controlo desse organismo tal como definido pela Portaria n.º 553-B/2008 de 27 de Junho, consagrando a actuação em diferentes eixos de intervenção, a saber: 'Medidas Fitossanitárias e de Suporte à Investigação Científica', 'Medidas de Controlo do NMP e do seu insecto-vector', 'Medidas de Extensão Florestal', 'Medidas de Apoio à Indústria' e 'Medidas de Apoio aos Produtores e proprietários Florestais'.

Este plano, considera os últimos conhecimentos científicos relacionados com a matéria em apreço e foi submetido à apreciação dos pares europeus e, internamente, dos vários intervenientes da fileira do pinho. No entender da AFN, equaciona os diversos agentes do sector, sem excepção, e promove a gestão activa da floresta, consistindo portanto numa visão também estratégica de alteração do panorama actual no que respeita à floresta portuguesa. Nesse sentido, permite olhar para esta questão como uma oportunidade de mudança e de reestruturação do sector o que nos parece bastante favorável.

Dada a detecção de casos positivos na Zona Centro e as parcerias estabelecidas com 36 Organizações de Produtores Florestais e 6 Federações, com a responsabilidade de executar actividades de controlo, sensibilização e acompanhamento técnico, foi pela primeira vez implementado o referido plano, que está em execução de acordo com o enquadramento do programa de Acção definido em Junho de 2008 e que atinge, igualmente pela primeira vez, tamanha amplitude, resultado de uma actuação numa área bastante vasta, com diferentes características ao nível da paisagem, uso do solo e socioeconómicas e do envolvimento das várias entidades referidas.

O ano corrente, 2009, consiste portanto num ano de aprendizagem, enquadrável num "ano zero", sobretudo no que respeita ao envolvimento de uma grande quantidade e variedade de parceiros, forma de relato dos dados pelos mesmos e de monitorização e acompanhamento pelas entidades competentes. Para além do mais, estamos conscientes que esta questão nos acompanhará por mais tempo; sendo impensável assumir que podemos solucionar esta questão num ano, sobretudo dadas as dimensões agora envolvidas. No nosso parecer, é portanto cedo para falar de

resultados. Certamente a eficácia do plano posto em marcha depende de uma execução rigorosa das medidas preconizadas e de uma floresta mais acompanhada dos seus titulares.

2 – Considera que a legislação é clara em termos de obrigações e procedimentos?

Associação Florestal de Ansião - Na nossa opinião, a legislação não é muito clara. A definição das obrigações, consoante o tipo de material em causa e a época do ano, apresenta alguma clareza, mas a nível de procedimentos tal já não acontece. Ou seja, sabemos que em dada época do ano o material lenhosos deve ser tratado de uma certa forma, mas não é fácil perceber como se deve proceder, que papéis preencher, etc.

Os procedimentos não devem suscitar dúvidas, e é isso que se verifica presentemente, ninguém sabe muito bem como actuar, e isso leva a que o problema se arraste e agrave.

Sendo um tema de extrema importância para o futuro da floresta e uma vez que abrange tantos operadores, deveria haver sessões de esclarecimento onde os procedimentos fossem explicados claramente e onde houvesse oportunidade para os agentes económicos colocarem as suas questões. Era uma forma de tornar todo este processo mais claro e transparente.

Fenafloresta - Não é surpresa para ninguém, que realmente Portugal é um país de legisladores e toda esta problemática, quer pela sua gravidade, quer pela urgência, fez com que diplomas se sucedessem, conduzindo ao estado actual em que legislação é omissa em alguns campos, normas revogatórias incompletas, daí derivando alguma confusão nos procedimentos que os agentes económicos devem cumprir em cada fase de processamento da madeira e casca do pinheiro.

Abastena - Não.

Unimadeiras - Não é de todo. E isso é perceptível em cada pedido de esclarecimento que se efectua. Existem respostas muito divergentes dentro da própria Autoridade Florestal Nacional e isso prejudica todo o sistema. Se a entidade competente não tem respostas claras, muito menos quem anda no terreno.

A legislação é vaga e o certo é que continua a haver muitas perguntas para as quais ninguém tem resposta...

O que devem os empresários florestais fazer aquando da compra e transporte da madeira de pinho afectada pelo Nemátodo?

Os empresários florestais que possuam parques de recepção e triagem de madeira de pinho ficam sujeitos a que procedimentos e a quais obrigações legais?

No caso do material de pinho não afectado pelo Nemátodo, qual é o procedimento a seguir para a compra, transporte e armazenamento de madeira?

Cento Pinus - As obrigações e procedimentos a que os agentes do sector estão obrigados ainda não são claros. Entre outros aspectos, urge clarificar questões como as regras de circulação de material lenhoso, de forma a minimizar as probabilidades de propagação da doença no território nacional.

AFN - Com a detecção de casos positivos fora da Zona de Restrição original, em torno da Península de Setúbal, em vários locais do território continental, especialmente localizados na região Centro, o Estado decidiu, considerar todo o país como Zona de Restrição. Esta alteração foi legalmente enquadrada pela Portaria 553-B/2008, de 27 de Junho, que alterou a norma que regula as medidas fitossanitárias extraordinárias para controlo do NMP, a Portaria n.º 103/2006, de 6 de Fevereiro. Dada a necessidade de adequar as regras vigentes à situação actual e torná-las mais conformes com novas directrizes europeias, a AFN preparou uma proposta de normativo, a publicar brevemente, após prévia consulta e divulgação pelos diferentes parceiros.

3 – Qualquer entidade que no decorrer da sua actividade importe, produza, comercialize ou transforme coníferas hospedeiras, ou que aplique tratamento por calor ou fumigação, a madeira e casca isolada, está obrigado a proceder ao Registo de Operador Económico. Tinha conhecimento desta medida? Acha que esta é uma questão efectivamente validada?

Associação Florestal de Ansião - Sim, tínhamos conhecimento desta medida. No entanto, esta não é muito clara, ou seja, não se percebe bem quem precisa de se registar como operador económico, mesmo após leitura atenta da legislação. Se é óbvio que madeireiros e serrações necessitam deste registo, da parte dos produtores tal não acontece. Ao esclarecermos as nossas dúvidas ficámos a saber que um produtor que intervenha, por meios próprios, no seu pinhal, precisa de se registar. Se entregar o trabalho a um prestador de serviços, não precisa, mas este tem que estar registado. Mas lá está, o entendimento não é imediato.

Fenafloresta - Em relação ao registo como operador económico, consideramos ser um exagero obrigar um proprietário que abata 10 pinheiros (porque um apresentava sinais de declínio e os restantes se encontravam num raio de 50m) seja obrigado a registar-se como operador económico, através de "download" de uma ficha pela internet...Em relação à última parte da vossa questão, pensamos que é uma medida válida mas não de validade para todos os possíveis intervenientes.

Abastena - Sim...Desde que o programa estabelecido fosse tomado a sério e que a divulgação oficial das normas pré-estabelecidas fossem claras e de fácil interpretação geral...

Unimadeiras - Tivemos conhecimento através da ANEFA, associação à qual somos filiados, pois mais uma vez são tantas as exigências e encontram-se tão dispersas que é praticamente impossível estar a par de todos os procedimentos, até porque o que é verdade hoje, amanhã pode não ser. No entanto, e mesmo querendo cumprir com este esforço acrescido, a verdade é que após o envio da documentação relativa ao registo de operador económico, as empresas ficam meses à espera dos officios que ditam o número da inscrição. E aqui teremos de perguntar, se formos inspeccionados e não tivermos ainda o número por bloqueio dos serviços centrais, ficamos mais uma vez sujeitos à aplicação de coimas ou essa falha vai ser assumida pela entidade responsável? Também vão aplicar coimas aos organismos do próprio Estado?

Cento Pinus - No caso dos associados industriais do Centro PINUS, estes tinham conhecimento e implementaram. Temos conhecimento que outros agentes do sector, mais pequenos e dispersos tiveram dificuldades, tendo sido feito esforços conjuntos para reparar esta situação.

AFN - A necessidade de 'Registo como 'Operador Económico' decorre do Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6/Set, diploma que actualiza o regime fitossanitário que cria e define as medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243/2009 de 17/Set. Da mesma forma está consagrado na Portaria n.º 103/2006 de 6/Fev. Trata-se portanto de uma exigência clara, em aplicação há diversos anos. Recentes alterações, no que respeita à necessidade de novo registo por parte dos operadores que procedem a tratamento térmico e fumigação da madeira, foram comunicadas aos operadores já registados pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a autoridade fitossanitária nacional. Notas específicas relativas a este aspecto foram disponibilizadas na página da internet dessa entidade; a AFN disponibiliza ainda na sua página um documento intitulado 'Operação do número de Registo de Operador Económico - Saiba Como'.

4- Relativamente aos procedimentos no terreno (prospecção, abate, recarga, transporte e destruição de sobranes), quais as medidas preventivas que estão a ser tidas em consideração? (p.ex no caso do transporte estão a ser solicitadas as guias comercial de acompanhamento?)

Associação Florestal de Ansião - Não sabemos quais as medidas que estão a ser tomadas. Sabemos quais são as medidas que deveriam ser implementadas, mas não temos conhecimento de quais estão efectivamente em "vigor", uma vez que não temos acção a este nível. A Associação Florestal de Ansião, ficou de fora do Protocolo assinado entre o Ministério da Agricultura e várias OPF da zona Centro. Este facto causou-nos estranheza, uma vez que concelhos vizinhos foram abrangidos pelo apoio. Após várias comunicações fomos informados que não cumpríamos os critérios estipulados pela AFN para a atribuição do apoio. Até compreendemos esse facto, o que não percebemos é porque é que os critérios de selecção não são públicos, até ao momento em lado nenhum conseguimos encontrar a enumeração dos critérios.

Fenafloresta - Gostaríamos de dividir a resposta em dois grupos, por um lado apenas uma das cooperativas associadas da FENAFLORESTA tem protocolo de prospecção e erradicação com a AFN, por outro lado, todas as outras cooperativas associadas da FENAFLORESTA estão a recomendar medidas específicas quando se trate de abate de espécies florestais potencialmente hospedeiras do NMP. As cooperativas, que já têm uma História de mais de sete décadas no nosso país, são em 1º lugar representantes dos interesses dos seus associados, logo, a nossa aposta passa sempre pela prevenção dos potenciais ataques à floresta. Em relação à prospecção, esta está a ser feita de modo sistemático onde a AFN nos atribuiu essa responsabilidade, fora dessas áreas, quaisquer matas com sinais de declínios são analisadas e em caso de exclusão de qualquer outro agente debilitante são efectuadas análises laboratoriais e enviados os resultados para a AFN; a destruição de sobranes está a ser efectuada de acordo com a recomendação do INRB, quanto às dimensões máximas que podem ser deixadas no local; recomendamos que no abate seja dada particular atenção às lesões físicas que se podem provocar em árvores circundantes e não recomendamos o mesmo em áreas com sinais de declínio no período compreendido entre Abril e Outubro (devido ao tempo de voo do insecto-vector); a recarga é efectuada para parques temporários dentro do perímetro florestal e com um período de permanência, desejavelmente pouco dilatado, e o transporte respeita as normas existentes.

Abastena - Parece-nos que nada está a ser seguido com o rigor que o caso impunha e deveria merecer...

Unimadeiras - Mais uma vez ganha a lei da força. As empresas têm sido penalizadas pela questão das guias comerciais de acompanhamento... ou se faz bem (mas para isso temos de saber como), ou então é apenas mais um papel entre outros que enquadram o sector florestal num dos mais burocráticos. Do conhecimento que temos, a prospecção e o abate não foram devidamente realizados, mesmo após a atribuição de 8 milhões de euros às Organizações de Produtores Florestais para o fazerem. Existem ainda árvores marcadas do ano passado por abater e isso é um sinal claro de que alguma

coisa não está a funcionar... mas aqui já não se aplica a tão famosa coima... atribui-se dinheiro e dá-se espaço para não se cumprir. É mais fácil para o Ministério pegar no dinheiro e entregar "a batata quente aos outros", e assim deixa de ser uma responsabilidade do Estado, para ser de entidades na maioria sem capacidade técnica para o fazer.

Relativamente ao transporte existem demasiadas interrogações para que se possa afirmar que tudo está a ser cumprido, e a destruição dos sobranes é uma questão que tende a ser ignorada, mas que é de igual importância aos cumprimentos de todos os outros procedimentos.

Cento Pinus - Os associados industriais do Centro PINUS têm conhecimento de que a GNR tem realizado acções de fiscalização do transporte de material lenhoso nos acessos às suas unidades industriais.

AFN - As acções em implementação no que respeita a Medidas Fitossanitárias, previstas no Plano de Acção, nomeadamente, Prospecção de árvores com declínio, Eliminação das mesmas e remoção do respectivo material lenhoso e eliminação dos sobranes e Captura de insecto vector e de outros agentes de declínio estão a ser acompanhadas, no que respeita ao trabalho desenvolvido pelas Organizações de Produtores Florestais com as quais a AFN e o IFAP celebraram protocolos para o efeito e bem assim por técnicos da AFN, designadamente pelo Dispositivo Integrado de Prevenção Estrutural (DIPE), que controla e monitoriza a execução das diferentes acções. Para além do acompanhamento da AFN a estas entidades e a outras que porventura o tenham solicitado, bem assim como de inspecções específicas conduzidas pelo Corpo Nacional de Inspectores de Sanidade Florestal (integrado no DIPE), as acções têm estado sob monitorização e controlo por parte da Guarda Nacional Republicana na matéria da sua competência. No que respeita à actividade de fiscalização realizada pela GNR e nomeadamente no que respeita à fiscalização do transporte do material lenhoso, em 2009 foram realizadas 1.122 operações, envolvendo a fiscalização de 8.870 viaturas e a detecção de 287 infracções, numa percentagem que ainda possa ser considerada residual, revela a necessidade de reforçar as acções de sensibilização e, sobretudo de uma maior responsabilização por parte dos operadores, visando a sustentabilidade do sector.

5- Quais as sugestões para operacionalizar uma estratégia efectiva?

Associação Florestal de Ansião - Na nossa opinião, a operacionalização deveria passar por um maior diálogo entre os diversos agentes do sector. Seria também necessário uma maior clarificação de todos os procedimentos. Numa matéria como esta de extrema importância, em que a colaboração de todos é vital, não basta legislar, é necessário trabalhar em conjunto para garantir que não existam dúvidas sobre a actuação de cada um.

Também achamos que a nível de fiscalização é necessário um grande esforço, e não sabemos como é que esta questão está a ser tratada, mas achamos que a presença da AFN no território deveria ser uma prioridade.

Fenafloresta - As nossas sugestões vão no sentido:

- 1º Considerar efectivamente que todo o país é zona afectada e sendo a realidade distinta de região para região, apostar não apenas num plano, mas sim em estratégias regionais;
- 2º Envolver os parceiros em cada região para definição de estratégias, aproveitando o conhecimento e aptidões de cada um dos parceiros;
- 3º Articular, a jusante da produção, as consequências das acções de prospecção e erradicação do NMP;
- 4º Apoiar verdadeiramente o proprietário florestal para que não converta toda a sua área de pinhal;
- 5º Manter a aposta na investigação;

Abastena - Concordamos com as Propostas que a ANEFA tem vindo a sugerir e a propor.

Na nossa óptica, o período de abate das árvores doentes, em matas afectadas, desde logo deveria ter-se processado exclusivamente no período de Outubro a Abril, altura em que essas madeiras deveriam ser retiradas da mata e encaminhadas para os Centros Fabris e para com relativa segurança, dada a época do ano menos propícia a incêndios, serem eliminadas (por fogo controlado) os resíduos das árvores abatidas, pois, no nosso entender seria, sempre, da máxima importância, eliminar os resíduos contaminados das matas.

Unimadeiras - De uma vez por todos, devem ser envolvidos todos os agentes do sector. Poderemos eventualmente ter um plano a longo prazo, mas na actualidade faz falta a realização de acções a curto prazo que minimizem o risco de alastramento da doença e que dêem uma resposta concreta às árvores afectadas no terreno.

É urgente o corte prioritário da madeira afectada.

Estamos a ficar sem alternativa. A exportação é agora uma porta fechada. Mais de 20 mil toneladas eram mensalmente enviadas para Espanha, facto que já não se verifica.

A prova mais que evidente de uma falta de estratégia, é que o sistema ficou de tal modo estagnado, que a própria indústria está a importar matéria-prima.

Como não há articulação entre os agentes, e as árvores afectadas não foram consideradas como prioritárias, temos esta matéria-prima por explorar, sem hipótese de colocação no mercado, continuando-se a cortar apenas "madeira verde".

Cento Pinus - Envolvimento de todo o sector com forte liderança e coordenação da AFN. Dotação

orçamental plurianual compatível com o calendário de concentração das operações de erradicação. Melhorar a comunicação e sensibilização e o controlo de sobranes. Implementar boas práticas de armazenamento de material lenhoso.

AFN - A AFN considera que o Plano de Acção em implementação tem potencial para produzir efeitos enquanto estratégia de controlo do NMP e de promoção de uma gestão mais activa e próxima. De facto enquadra uma grande diversidade de medidas consideradas vitais, nomeadamente a identificação do declínio e a sua remoção, com atenção particular para a eliminação de sobranes, cerne da questão e entrega em destinos autorizados, complementada com acções de instalação de armadilhas para captura e monitorização do insecto vector e de escolitídeos, outras espécies causadoras de declínio que, ao enfraquecerem as árvores, facilitam a instalação/aumento de populações do insecto vector e a infecção por NMP. Estas medidas em conjunto com as definidas no Programa de Acção Nacional, abrangem os diferentes níveis da fileira, desde a regulação da produção e exploração florestal, com apoios aos titulares e medidas de extensão florestal, até à indústria, com identificação dos operadores, e bem assim das suas necessidades de capacitação e modernização e apoio a estas acções de requalificação. Este processo é seguido por 3 entidades, a AFN ao nível da produção, a DGADR no que concerne à Indústria e a GNR ao nível da fiscalização da exploração e transporte do material lenhoso, que têm vindo a trabalhar em conjunto para dar resposta às constantes exigências, com o objectivo de controlar e evitar a dispersão do NMP. É igualmente da maior importância a sensibilização e responsabilização do público em geral e em particular dos proprietários e produtores, para a necessidade de prática de uma silvicultura preventiva e de uma gestão activa dos seus recursos (procedimentos com enquadramento e guiados pelos instrumentos de ordenamento e gestão em vigor).

Note-se ainda que a incúria de um indivíduo apenas pode pôr em causa todo o trabalho desenvolvido pelo Estado, pelos privados, proprietários, estruturas associativas e federativas e pelos operadores responsáveis. Não podemos deixar de ter presente que a dispersão do NMP em Portugal pode, com grande probabilidade, ter sido resultado de um acto irresponsável ou negligente. Toma-se por isso necessário alterar este cenário e comportamento, promovendo a adopção de boas práticas e medidas fitossanitárias, que afinal não são mais do que a adopção de uma silvicultura preventiva e da promoção uma floresta mais bem gerida e consequentemente sustentável, minimizando, ou mesmo anulando por completo os impactos negativos que o Nemátodo e, em termos gerais, o declínio, causará do ponto de vista ecológico, económico e social. Um cidadão consciente, activo, participativo, contribuirá certamente para a construção de um novo paradigma que, em conjunto com os diferentes agentes do sector, da administração pública e privado, tornará o processo de controlo do NMP mais eficiente e eficaz.

6 – A ANEFA apresentou já uma proposta de acção a curto prazo, para o controlo do NMP, que espelhava um plano de emergência com medidas exactas e concretas para a resolução do problema. No entender da ANEFA, a prospecção da doença deveria ficar a cargo das Organizações de Produtores Florestais, que localmente conhecem o terreno, sendo que esta deveria realizar-se até Outubro. Posteriormente esses dados deveriam ser entregues à AFN, que deveria tomar públicos os locais.

As operações no terreno deveriam ficar a cargo de empresas de exploração florestal com capacidade técnica de execução, devendo limitar-se o abate de madeira de pinho a nível nacional às zonas afectadas, e durante o período de Outubro a Abril.

De acordo com os resultados preliminares do IFN 2005/2006, o volume de pinho em Portugal Continental é de 67,1 milhões de m³, e tendo por base os 4% respectivos a amostras positivas para o NMP, resulta em 2,68 milhões de m³, o correspondente ao consumo de pouco mais de meio ano da indústria nacional.

Deste modo, a ANEFA propôs igualmente que a indústria consumisse durante cerca de 7 meses apenas madeira infectada, com preços previamente estabelecidos e verificados pela AFN, para acautelar um possível aproveitamento comercial da situação.

O pressuposto máximo destas medidas era então a restrição da doença, apenas com prospecção e divulgação de informação, uma vez que o restante processo não seria mais do que simplesmente o mercado a funcionar. Um maior controlo e uma redução da despesa pública, eram também fins a considerar, já que as próprias empresas, sabendo da limitação no uso da matéria-prima, ajudariam na prospecção sem custos implícitos.

Nota: esta proposta implicaria o sacrifício de árvores pequenas, bem como a queima e remoção obrigatória dos resíduos. Comente esta proposta.

Associação Florestal de Ansião - Esta proposta levanta-nos as seguintes questões:

- Que rentabilidade teria o proprietário florestal?
- O trabalho de prospecção realizado pelas OPF seria pago de que forma?
- As empresas asseguravam o abate de todas as árvores marcadas? Mesmo que estas fossem em pequeno número e em zonas distantes? Seria compensatório para empresas?
- E assim sendo quem fiscalizaria se todas as árvores tinham sido abatidas?

Fenaifloresta - A proposta apresentada pela ANEFA poderia ter sido uma das abordagens adoptadas pelo Estado português na estratégia de controlo e erradicação do NMP, contudo, do nosso ponto de vista existem duas vertentes que carecem de uma correcção para que atinjam os objectivos apresentados de maior controlo e redução de despesas; por um lado a erradicação só deveria

ser entregue a empresas de exploração florestal em caso de incumprimento por parte dos proprietários florestais das exigências fitossanitárias em vigor e após concurso público para atribuição de áreas de corte onde não se procedeu à erradicação de espécies hospedeiras com amostras positivas ou com sinais de declínio e previamente delimitadas pela AFN; por outro lado a obrigatoriedade da indústria nacional consumir durante sete meses apenas madeira infectada não era totalmente possível devido às diferentes características da madeira de acordo com a sua transformação (diâmetros, qualidade do cerne, outras), mas o Estado poderia ter agido como regulador dos preços praticados à porta da fábrica. Assim, o mercado nacional continuaria a funcionar e os proprietários do pinheiro bravo não sofreriam o efeito pernicioso que é actualmente pagar para tirar árvores adultas sem que o produto da venda cubra sequer o valor desta prestação de serviços.

Abastena - A proposta ou sugestão da ANEFA para que a Indústria Nacional consumisse, de imediato, os cerca de 2,68 milhões de m³ (quantitativo de árvores afectadas) seria a mais lógica e racional porque pressupunha um ataque maciço e de choque a toda a área afectada, facilitando, simultaneamente, a sua eliminação e o controlo dos focos do Nemátodo, dispersos e, que eventualmente, se fossem declarando. Por outro lado, comercializando, unicamente, a madeira de pinho afectada pelo Nemátodo, poderia haver uma manutenção do preço aceitável para essa madeira, o que não se verificou, em consequência do excesso de oferta (madeira contaminada pelo Nemátodo e não contaminada, situação que entretanto se gerou com o receio da possível contaminação).

Unimadeiras - A partir do momento em que a ANEFA definiu esta proposta, fomos completamente de acordo. Era a solução a curto prazo que tanto reclamamos.

Decididamente que não era a solução completa do problema, mas pelo menos escoava-se a madeira afectada, e havia uma prevenção estrutural da sanidade dos povoamentos florestais. Por outro lado, deixando as árvores verdes no terreno, estávamos a garantir uma maior sustentabilidade na floresta e a mostrar à Comunidade Europeia de que Portugal estava empenhado na resolução deste problema.

O importante é que o pressuposto máximo destas medidas eram a restrição da doença, apenas com prospecção e divulgação de informação, uma vez que o restante processo não seria mais do que simplesmente o mercado a funcionar. Acabava por se ter um maior controlo e uma redução da despesa pública, já que as próprias empresas, sabendo da limitação no uso da matéria-prima, ajudariam na prospecção sem custos implícitos.

Cento Pinus - Os associados industriais do Centro PINUS comprometem-se a consumir prioritariamente a madeira proveniente de abates fitossanitários pagando os preços de mercado praticados no momento, isto é, não discriminando negativamente a madeira afectada.

AFN - O entender da ANEFA relativo às acções a desenvolver para controlo de NMP corresponde, em geral, ao modelo que tem vindo a ser adoptado pela AFN, que respeita a prospecção 'da doença' por parte de Organizações de Produtores Florestais e condução das operações de remoção da madeira e eliminação dos sobranes de exploração florestal, maioritariamente, por operadores económicos credenciados (i.e. devidamente registados) nas épocas já também previstas nas normas vigentes, quer as Portarias que regulam o assunto, quer o Plano de Acção Nacional. Uma nota particular no que respeita a este assunto, nalguns casos, uma vez assegurado um bom controlo e sobretudo uma maior responsabilização dos operadores e estabelecimento de uma relação de confiança, poderá ser considerada a eliminação de árvores sintomáticas com declínio em contínuo, em zonas específicas, conquanto sejam respeitadas normas específicas que impeçam a dispersão do NMP nestas situações. Este cenário poderá ser importante em áreas muito afectadas, onde uma intervenção anual, de carácter sazonal, não seja suficiente para executar a 'limpeza' dos povoamentos, sobretudo devido à elevada probabilidade de estarmos em presença de outros agentes de declínio, nomeadamente de escolitídeos, cujo controlo mais efectivo pode ser realizado durante a primavera/verão.

Note-se que o controlo do NMP exige a remoção do declínio, a níveis 'normais' (i.e. ao ponto em que estaria na ausência de NMP ou de outros agentes quando presentes em densidades 'normais'). Assim, é imperativo que a estratégia actual incida sobre a remoção de todos os exemplares com declínio (também porque a detecção da presença do NMP árvore a árvore é impossível) e não apenas sobre as árvores comprovadamente afectadas, como proposto pela ANEFA, o que resulta num volume de madeira a absorver muito superior ao indicado.

Relativamente à proposta de regulação de preços de mercado, o que é importante garantir é que não ocorram distorções anormais de preços. O mercado tem regras próprias de regulação e definição de preços, dependendo da oferta e da procura e aqui é importante garantir a não ruptura de stocks, mas também a não concentração excessiva dos mesmos. De salientar que mais uma vez aqui é evidente a importância da requalificação da floresta e rearboreização dos espaços para garantir existências futura, com vista ao restabelecimento do potencial produtivo dos povoamentos, considerando a continuidade da exploração florestal de coníferas (exigindo uma gestão mais activa pelos proprietários florestais) e/ou equacionando novas espécies florestais produtivas, medidas que se enquadram dentro da filosofia do novo programa de acção. Acrescente-se ainda, que a estratégia de intervenção de controlo do NMP, privilegia a manutenção dos espaços florestais e neste sentido a manutenção da actividade desde a produção à transformação, pelo que a redução de stocks não será necessariamente uma questão a considerar e consequentemente da distorção anormal dos preços a praticar pelo material lenhoso.

2009



Outubro

International Forestry Forum Floresta	6 a 9 Rússia - São Petersburgo
Congresso Florestal Nacional Floresta	6 a 9 Açores - Portugal http://www.esac.pt/cemas/6%BA_congresso_florestal_nacional.htm
Macfrut Agricultura	7 a 9 Itália - Foggia http://www.macfrut.com/
LUSOFLORA '09 Floricultura e Jardinagem	8 a 11 Portugal - Santarém http://www.apppfm.pt/default.asp
Iberflora Espaços Verdes	14 a 16 Espanha - Valência http://www.iberflora.feriavalencia.com/
Intersaw-Logfor Floresta	11 a 13 Canadá - Quebec http://www.masterpromotions.ca/
Matec Floresta	15 a 18 Portugal - Batalha http://www.exposalao.pt
Elmia Agriculture Machinery & Cultivation Agricultura	20 a 23 Suécia - Jonkoping
Expobioenergia & Bioenergia Ambiente / Energias alternativas / Floresta	21 a 23 Espanha - Valladolid http://www.expobioenergia.com/rdr.php?p=1
I Colóquio Nacional de Sementes e Viveiros Agricultura	29 e 30 Portugal - Coimbra

Novembro

4.ª Expo Conferência da Água "Gestão da água rumo à sustentabilidade" Ambiente	3 a 5 Portugal - Oeiras - Taguspark http://www.ambienteonline.pt/conferencias/expoagua2009
FIMMA-MADERALIA Floresta	3 a 6 Espanha - Valência http://maderalia.feriavalencia.com/
Energy Solutions Expo Ambiente / Energias alternativas	7 e 8 Reino Unido - Londres http://www.energy-expo.info/
Congresso "Herbologia e Biodiversidade numa Agricultura Sustentável" Agricultura	10 a 13 Portugal - Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian
Agrotechnica Agricultura / Máquinas e Equipamentos	10 a 14 Alemanha - Hannover http://www.agrotechnica.com/startpage.html
1ª Conferência Ibérica de Viticultura e Enologia "Alterações Climáticas, Viticultura e Enologia" Agricultura	11 a 13 Portugal - Lisboa - Instituto Superior de Agronomia http://www.conferenciasdatapada.com
Agroteknikk Agricultura	19 a 22 Noruega - Lillestrom http://www.agroteknikk.com/
Agromek	24 a 28 Dinamarca - Herning http://www.agromek.dk/
III Congresso Internacional de Engenharia e Gestão da Energia e Meio Ambiente	25-27 Portugal - Portalegre
Feira do Montado Floresta	27 a 1.º Dez Portugal - Portel

Dezembro

Agribex Agricultura / Espaços Verdes	1 a 6 Bélgica - Bruxelas http://www.agribex.be/
Austro Agrar Tulln Agricultura	2 a 9 Áustria - Tulln http://www.austroagrar.at/
Agro Eurasia Agricultura	17 a 20 Turquia - Istambul http://www.tuyap.com.tr/webpages/avasyatarim2007/index.html

4
Números
12€

8
Números
21€

Pretendo assinar a Revista "ANEFA"

Nome

Morada

Código Postal NIF

Telefone email

Pagamento por cheque dirigido a: ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Rua dos Arneiros 72A c/v A 1500-060 Lisboa

Diploma

Sumário

Despacho n.º 15183/2009	Planos de Gestão Florestal – normas técnicas As normas técnicas, ora homologadas, são acompanhadas de uma matriz digital, onde se desenvolve o respectivo Plano, que se encontra dividida em três componentes: 1 – Documento de avaliação 2 – Modelo de exploração 3 – Anexos.
Despacho n.º 15184/2009 Despacho n.º 15185/2009 Despacho n.º 15187/2009 6 Jul	Criação das seguintes Zonas de Intervenção Florestal: - Ponte de Barca (ZIF n.º 66, processo n.º 101/07-AFN). A gestão é assegurada pela Associação Florestal do Lima. - Alijó Norte (ZIF n.º 67, processo n.º 96/07-AFN). A gestão é assegurada pela AFLODOUNORTE – Associação Florestal do Vale do Douro. - Alcaravela I (ZIF n.º 68, processo n.º 89/07-AFN). A ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia de Alcaravela, do concelho de Sardoal, e a sua gestão é assegurada por Silviconsultores, Ambiente e Recursos Naturais, SA
Despacho n.º 15283/2009 7 Jul	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Baldios de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira (ZIF n.º 69, Processo n.º 44/06-AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia de Alcanede, do concelho de Santarém. A gestão é assegurada pela ACHAR – Associação de Agricultores de Charneca.
Portaria n.º 739-A/2009 9 Jul	Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.3.1, «Melhoria Produtiva dos Povoamentos», da Medida n.º 1.3, «Promoção da Competitividade Florestal», integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, aprovado pela Portaria n.º 828/2008, de 8 de Agosto.
Portaria n.º 739-B/2009 9 Jul	Altera os seguintes Regulamentos do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER: - Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.2, «Ordenamento e Recuperação de Povoamentos», da Medida n.º 2.3, «Gestão de Espaço Florestal e Agro-Florestal», integrada no Subprograma n.º 2, «Gestão Sustentável do Espaço Rural», aprovado pela Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Outubro - Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.1, «Minimização de Riscos», da Medida n.º 2.3, «Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal», integrada no Subprograma n.º 2, «Gestão Sustentável do Espaço Rural», aprovado pela Portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de Outubro. - Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.3, «Valorização Ambiental dos Espaços Florestais», da Medida n.º 2.3, «Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal», integrada no Subprograma n.º 2, «Gestão Sustentável do Espaço Rural», aprovado pela Portaria n.º 1137-D/2008, de 9 de Outubro.
Portaria n.º 744/2009 13 Jul	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 4.2.2, «Redes Temáticas de Informação e Divulgação», da Medida n.º 4.2, «Formação e Informação Especializada», integrada no Subprograma n.º 4, «Programa do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER Abrange o sector florestal. Menciona as "... fileiras florestais do pinho, do sobreiro e das folhosas produtoras de madeira de elevada qualidade ...".
Declaração de Rectificação n.º 49/2009 14 Jul	Rectifica a Portaria n.º 678/2009, de 23 de Junho, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que define o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios para 2009, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2009.
Despacho n.º 16024/2009 14 Jul	Análise e apreciação dos Planos de Gestão Florestal (PGF) referentes às unidades de baldio, designadas como Planos de Utilização de Baldios.
Decisão 2009/548/CE 15 Jul	Estabelece um Modelo para os planos de acção nacionais para as energias renováveis ao abrigo da Directiva 2009/28/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Tem referências a biomassa florestal.
Despacho normativo n.º 26-A/2009 17 Jul	Alteração do Despacho normativo n.º 42/2004, de 26 de Outubro. Refere-se à aplicação do regime de pagamento único em Portugal. Um dos objectivos desta alteração é "reforçar o apoio atribuído a título da reserva de pagamento único aos jovens agricultores com projecto de investimento e de primeira instalação efectuados ao abrigo da respectiva Medida do Programa AGRO ou do Programa PRODER".
Lei n.º 36/2009 20 Jul	Autoriza o Governo a aprovar o Código Florestal Transcreve-se o Artigo 1.º: "É concedida autorização ao Governo para aprovar o Código Florestal e um regime contra-ordenacional específico para as infracções de natureza florestal."
Despacho n.º 16406/2009 Despacho n.º 16407/2009 20 Jul	Criação das seguintes Zonas de Intervenção Florestal: - de Enxames (ZIF n.º 71, processo n.º 124/07 – AFN). Esta ZIF abrange vários prédios rústicos das freguesias de Enxames, Alcaide, Capinha e Vale de Prazeres, do concelho do Fundão. A gestão é assegurada pela AFIN – Associação Florestal do Interior. - de Paradelas (ZIF n.º 70, processo n.º 171/07 – AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos da freguesia de Paradelas, do concelho de Mogadouro. A gestão é assegurada pela Silviconsultores, Ambiente e Recursos Naturais S. A..
Declaração de rectificação n.º 1730/2009 Despacho n.º 16532/2009 Despacho n.º 16533/2009 21 Jul	Diplomas relativos a Zonas de Intervenção Florestal: - Rectificação ao Despacho n.º 15283/2009, relativo à criação da ZIF de Baldios de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira, no concelho de Santarém (ZIF n.º 69, processo n.º 44/06-AFN). Corrige a denominação da entidade gestora da ZIF - Criação da ZIF de Castelo Branco (ZIF n.º 74, processo n.º 180/08 – AFN). Engloba vários prédios rústicos da freguesia de Castelo Branco, do concelho de Castelo Branco. A gestão é assegurada pela AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior. - Criação da ZIF da Senhora do Desterro (ZIF n.º 73, processo n.º 133/07 – AFN). Engloba vários prédios rústicos das freguesias de Vila Cova à Coelheira, Valezim, Santiago, São Romão, Lapa dos Dinheiros e Seia, do concelho de Seia. A gestão é assegurada pela URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela.
Portaria n.º 786/2009 27 Jul	Aprova o Regulamento de Aplicação das Acções n.os 3.4.1, «Cooperação Interterritorial», e 3.4.2, «Cooperação Transnacional», da Medida n.º 3.4, «Cooperação LEADER para o Desenvolvimento», integrada no Subprograma n.º 3, «Dinamização das Zonas Rurais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER
Portaria n.º 813/2009 28 Jul	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 4.3.2, «Serviços de Apoio às Empresas», da Medida n.º 4.3, «Serviços de Apoio ao Desenvolvimento», integrada no Subprograma n.º 4, «Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER Esta Acção é destinada às empresas dos sectores agrícola e florestal.
Directiva 2009/82/CE Decisão 2009/562/CE 28 Jul	Referentes a produtos fitofarmacêuticos – respectivamente: - Altera a Directiva 91/414/CEE com o objectivo de incluir a substância activa tetraconazol. Esta substância tem utilizações em fungicidas. - Relativa à não inclusão da substância metame no Anexo I da Directiva 91/414/CEE e à retirada das autorizações dos produtos fitofarmacêuticos que a contenham. Esta substância tem utilizações relativamente a plantas aromáticas, frutos de árvores de folha caduca, árvores, arbustos, plantações silvícolas, fumigação de terra de estufas e fumigação de terra de viveiros.
Directiva 2009/58/CE Directiva 2009/59/CE Directiva 2009/60/CE 30 Jul	Referentes a tractores agrícolas ou florestais de rodas – respectivamente: - relativa aos dispositivos de reboque e de marcha-atrás - relativa aos espelhos retrovisores - relativa à velocidade máxima, por construção, e às plataformas de carga
Decreto-Lei n.º 168/2009 31 Jul	Interpreta o Regime de empreitadas no sector agrícola e do desenvolvimento rural, constante do Decreto-Lei n.º 130/2006, de 7 de Julho. Tem referência a recuperação de áreas aridas, a entidades administradoras de baldios e ao QCA III.

Diploma

Sumário

Decreto-Lei n.º 171/2009 Decreto-Lei n.º 172/2009 3 Ago	Criam, respectivamente, o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade e o Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos
Resolução da Assembleia da República n.º 64/2009 4 Ago	Defesa do montado e valorização da fileira da cortiça
Directiva 2009/61/CE Directiva 2009/68/CE 5 Ago	Referentes a dispositivos de iluminação e de sinalização luminosa dos tractores agrícolas ou florestais de rodas – respectivamente, relativa à instalação e à homologação
Portaria n.º 846/2009 6 Ago	Altera os Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), aprovados pela Portaria n.º 355/2007, de 30 de Março Altera os Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), aprovados pela Portaria n.º 355/2007, de 30 de Março
Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 6 Ago	Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT). Tem referência a assuntos florestais, com realce para povoamentos de pinheiros, eucaliptos e sobreiros; são também mencionadas indústrias florestais, questões cinegéticas, pesca e aquicultura.
Despacho n.º 18209/2009 Despacho n.º 18210/2009 Despacho n.º 18211/2009 6 Ago	Criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), respectivamente: - ZIF de Vidual (ZIF n.º 75, processo n.º 176/07 – AFN) Abrange terrenos das freguesias de Vidual e Unhais-o-Velho, do município de Pampilhosa da Serra. A gestão é assegurada pela Silviconsultores – Ambiente e Recursos Naturais SA. - ZIF de Santa Comba Dão (ZIF n.º 72, processo n.º 169/07 – AFN). Abrange terrenos das freguesias de Couto do Mosteiro, Óvoa, Pinheiro de Azere, Nagosela, Santa Comba Dão, São João de Areias, Treixedo e Vimieiro, do município de Santa Comba Dão. A gestão é assegurada pela CAULE – Associação Florestal da Beira Serra. - ZIF de Outeiro da Cortiçada, Fráguas e Alcanede (ZIF n.º 78, processo n.º 201/08 – AFN) Abrange terrenos das freguesias de Outeiro da Cortiçada e Fráguas, do concelho de Rio Maior, e da freguesia de Alcanede, do concelho de Santarém. A gestão é assegurada pela APFRA – Associação dos Produtores Florestais da Região de Alcobaca.
Despacho n.º 18207/2009 6 Ago	Inscrições para 2010 dos beneficiários para abastecimento de gásóleo colorido e marcado destinado aos sectores agrícola e florestal. O período de inscrições para 2010 decorre de 28 de Setembro a 13 de Novembro.
Declaração de Rectificação n.º 58/2009 7 Ago	Rectifica a Portaria n.º 739-B/2009, de 9 de Julho, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que altera os seguintes Regulamentos do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER: - Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.2, «Ordenamento e Recuperação de Povoamentos», da Medida n.º 2.3, «Gestão de Espaço Florestal e Agro-Florestal», integrada no Subprograma n.º 2, «Gestão Sustentável do Espaço Rural», aprovado pela Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Outubro - Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.1, «Minimização de Riscos», da Medida n.º 2.3, «Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal», integrada no Subprograma n.º 2, «Gestão Sustentável do Espaço Rural», aprovado pela Portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de Outubro - Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.3, «Valorização Ambiental dos Espaços Florestais», da Medida n.º 2.3, «Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal», integrada no Subprograma n.º 2, «Gestão Sustentável do Espaço Rural», aprovado pela Portaria n.º 1137-D/2008, de 9 de Outubro
Despacho n.º 18315/2009 Despacho n.º 18316/2009 Despacho n.º 18317/2009 Despacho n.º 18318/2009 7 Ago	Criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), respectivamente: - ZIF de Odelouca (ZIF n.º 82, processo n.º 142/07 – AFN). Abrange vários prédios rústicos do município de Silves. A gestão é assegurada pela VIVER SERRA – Associação para a Protecção e o Desenvolvimento das Serras do Barlavento Algarvio. - ZIF de Águas Boas / Forles (ZIF n.º 77, processo n.º 76/07 – AFN). Abrange vários prédios rústicos das freguesias de Águas Boas, Ferreira de Aves e Forles, do município de Sátão. A gestão é assegurada pela CEDRUS – Associação de Produtores Florestais de Viseu. - ZIF de Sarzeda (ZIF n.º 81, processo n.º 149/07 – AFN). Abrange vários prédios rústicos das freguesias de Sarzeda, do município de Sernancelhe. A gestão é assegurada pela RIBAFLO – Associação Florestal das Terras de Riba Douro. - ZIF de Senhora do Espinho (ZIF n.º 76, processo n.º 186/07 – AFN). Abrange vários prédios rústicos das freguesias de Seia, Sabugueiro, São Martinho e Santa Maria, do município de Seia. A gestão é assegurada pela URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela.
Portaria n.º 835-A/2009 Portaria n.º 835-B/2009 24 Ago	Extensão de encargos para 2009 da Autoridade Florestal Nacional tendo em vista, respectivamente: - a prevenção estrutural – defesa da floresta - a gestão de combustíveis no âmbito da defesa da floresta contra incêndios
Portaria n.º 964/2009 25 Ago	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.5.2, «Restabelecimento do Potencial Produtivo», da Medida n.º 1.5, «Instrumentos Financeiros e de Gestão de Riscos e de Crises», integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do PRODER
Despacho n.º 19505/2009 25 Ago	Criação da Zona de Intervenção Florestal de Balurcos (ZIF n.º 79, processo n.º 161/07 – AFN). Esta ZIF engloba vários prédios rústicos das freguesias de Pereiro e Alcoutim, do concelho de Alcoutim. A gestão é assegurada pela Cumeadas – Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana.
Portaria n.º 976/2009 1 Set	Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio Insere-se no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).
Despacho n.º 19962/2009 Despacho n.º 19963/2009 Despacho n.º 19964/2009 2 Set	Criação das zonas de intervenção florestal (ZIF): - ZIF da Encosta de Linhares (ZIF n.º 80, processo n.º 196/08-AFN). Esta ZIF abrange vários prédios rústicos das freguesias de Linhares, Salgueirais e Prados, concelho de Celorico da Beira, e da freguesia de Videmonte, concelho da Guarda; a gestão é assegurada pela CELFLOR – Associação de Produtores Florestais. - de São Martinho do Peso (ZIF n.º 84, processo n.º 164/07-AFN). Esta ZIF abrange vários prédios rústicos das freguesias de São Martinho do Peso e Castanheira, concelho de Mogadouro; a gestão é assegurada pela ORDENFLORA, Lda. - do Penegral (ZIF n.º 83, processo n.º 209/08-AFN). Esta ZIF abrange vários prédios rústicos das freguesias de Arruda dos Pisões, Fráguas, Outeiro da Cortiçada e São Sebastião, concelho de Rio Maior; a gestão é assegurada pela APFRA – Associação dos Produtores Florestais da Região de Alcobaca.
Decreto-Lei n.º 218/2009 7 Set	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2009, de 31 de Março, que cria uma linha de crédito, com juros bonificados, dirigida às empresas do sector agrícola e pecuário e do sector florestal e às agro-indústrias.
Despacho n.º 20194/2009 7 Set	Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF)
Despacho n.º 20195/2009 7 Set	Criação da Zona de Intervenção Florestal da Freguesia de Belver (ZIF n.º 86, processo n.º 113/07-AFN). Esta ZIF abrange vários prédios rústicos da freguesia de Belver, do município de Gavião; a gestão é assegurada pela Associação de Produtores Florestais da Freguesia de Belver.
Portaria n.º 1021/2009 10 Set	Estabelece os elementos que devem instruir os pedidos de autorização relativos a actos ou actividades condicionados nas albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas e respectivas zonas terrestres de protecção, bem como as taxas devidas pela emissão de autorizações Inclui referências a florestas de produção, a Planos de Gestão Florestal (PGF).





1994



1997



2000



2004



2009

Consigo na Floresta há 15 anos.



Trimble



Soluções Completas. Formação Certificada. Assistência Técnica.

www.pedrosantoslda.pt



por cada
CATALISADOR
plantamos uma **ÁRVORE**



 Juntos protegendo o ambiente



Contribuímos para a reflorestação de Portugal